

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MARCO ANTONIO DA SILVA

ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA - ES

VITÓRIA
2014

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MARCO ANTONIO DA SILVA

ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA - ES

VITÓRIA

2014

MARCO ANTONIO DA SILVA

ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA - ES

Trabalho Final de Mestrado Profissional
Para obtenção de grau de
Mestre em Ciências das Religiões
Faculdade Unida de Vitória: Programa de
Pós-Graduação Linha de Pesquisa:
Religião e esfera pública.

ORIENTADOR: Dr. Julio Paulo Tavares Zabatiero

VITÓRIA

2014

Silva, Marco Antonio da

Ensino religioso no município de Vila Velha/ES / Marco Antonio da Silva. - Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2014.

ix, 87 f. ; il. ; 31 cm.

Orientador: Julio Paulo Tavares Zabatiero

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2014.

Referências bibliográficas: f. 85-87

1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso. 3. Legislação. 4. Formação de professores. 5. Currículo. - Tese. I. Marco Antonio da Silva. II. Faculdade Unida de Vitória, 2014. III. Título.

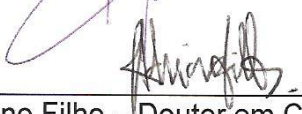
MARCO ANTONIO DA SILVA

ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA - ES

Dissertação de Mestrado para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões na Faculdade Unida de Vitória no programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões.
Área de Concentração: Religião e Sociedade.



Júlio Paulo Tavares Zabatiero – Doutor em Teologia – UNIDA (presidente)



José Adriano Filho – Doutor em Ciências das Religiões – UNIDA



Antonio Donizetti Sgarbi – Doutor em História e Filosofia da Educação – PUC/SP

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus, a minha família, a todas as pessoas que foram, no decorrer do tempo acadêmico, agregando-se e fazendo parte da minha história, em especial aos amigos Lúcia e Rafael Simas pelo incentivo e colaboração, ao meu orientador Dr. Prof. Júlio Zabatheiro que me auxiliou neste trabalho de pesquisa e a todos que me auxiliaram e auxiliam na jornada da construção do conhecimento.

RESUMO

O contexto atual do Ensino Religioso no município de Vila Velha/ES. Através de análise documental, a pesquisa verificou a viabilidade e a realidade do Ensino Religioso nas escolas municipais, mediante as novas orientações. O trabalho foi elaborado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve história e as características socioeconômicas do município. O segundo descreve a legislação que concedeu a estrutura do Ensino Religioso atual, o currículo e o procedimento avaliativo. O terceiro relata a formação de professores para o Ensino Religioso. O quarto capítulo descreve o perfil dos professores de Ensino Religioso e a formação continuada específica para os profissionais que atuam na rede na disciplina em questão. A pesquisa revela conhecimento da existência de normas para o Ensino Religioso nas escolas municipais e que o processo formativo dos professores precisa, em caráter emergencial, ser viabilizado e/ou disponibilizado para os profissionais que queiram atuar nessa disciplina.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Legislação. Formação de professores. Currículo.

ABSTRACT

The current context of Religious Education in the municipality of Vila Velha / ES Through document analysis, this research has verified the viability and reality of Religious Education in municipal public schools through the new guidelines. The work was done in four chapters. The first chapter presents a brief history and the socioeconomic characteristics of the municipality. The second describes the legislation that granted the structure of the current Religious Education curriculum and evaluation procedure The third relates the training of teachers for Religious Education. The fourth chapter describes the profile of teachers of Religious Education and continuing education specific to professionals working in the network for the discipline in question. This research reveals the existence of knowledge and standards for Religious Education in municipal schools and the teachers training process needs, as an emergency, to be viable and / or available for professionals who would want to teach this subject.

Keywords: Religious education. Legislation. Training of teacher. Curriculum

SIGLAS

CEB: Câmara de Educação Básica.

CME: Conselho de Educação Básica.

CONERES: Conselho do Ensino Religioso da Estado do Espírito Santo.

CONSED: Conselho Nacional de Secretário Escolar.

EJA: Educação de Jovens e Adulto.

ESESP: Escola de Serviço Público do Estado do Espírito Santo.

FONAPER: Fórum Nacional e Permanente do Ensino Religioso

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

MEC: Ministério da Educação e Cultura.

PCN: Parâmetro Curricular Nacional.

PDE: Plano de Desenvolvimento da Escola.

PES: Planejamento Estratégico da Secretaria.

PMVV: Prefeitura Municipal de Vila Velha

SEMDU: Secretaria Municipal de desenvolvimento Urbano.

SEMED: Secretaria Municipal de Educação.

UAB: Universidade Aberta do Brasil.

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo.

UMEF: Unidade Municipal de Ensino Fundamental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 MUNICÍPIO DE VILA VELHA	12
1.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA.....	12
1.2 HISTÓRIA DE VILA VELHA.....	10
1.3 CARACTERÍSTICAS SÓCIO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO	13
2 ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VLHA	16
2.1 O SISTEMA EDUCACIONAL DE VILA VELHA.....	16
2.2 HISTÓRIA DO ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA	19
2.3 A PRIMEIRA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO RELIGIOSO.....	20
2.4 PROPOSTA CURRICULAR ATUAL DO ENSINO RELIGIOSO	32
2.5 A RESOLUÇÃO Nº 18/07 QUE AMPARA O ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA.....	43
2.6 AVALIAÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA	45
3. FORMAS DE HABILITAÇÃO E ADMISSÃO DOS PROFESSORES.....	50
3.1 FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO.....	52
3.2 PROPOSTAS DE FORMAÇÃO.....	57
3.3 ENSINO RELIGIOSO, EDUCAÇÃO RELIGIOSA, CULTURA RELIGIOSA	57
4. PERFIL DOS PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA	61
4.1 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA.	76
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

O Ensino Religioso sempre foi visto como um problema nos currículos escolares. Foi considerado como um componente curricular de apadrinhamento e de cunho eclesiástico. Em um segundo momento, foi visto como disciplina sem importância. Diante desse cenário, questiona-se se a disciplina deveria fazer parte ou não da matriz curricular da educação com a mesma valorização dispensada à outra disciplina.

É em meio a todos esses questionamentos que esta pesquisa vem contribuir, dando visibilidade ao acontecimento do Ensino Religioso no município de Vila Velha/ES. O objetivo desta pesquisa é o de provocar debates e discussões para uma melhor compreensão da nova proposta para a disciplina ministrada em Vila Velha, bem como verificar e descrever a atual importância do Ensino Religioso no Município. Metodologicamente, foram utilizadas pesquisas bibliográficas e análise documental.

Como tem acontecido em todos os estados brasileiros, a implementação do Ensino Religioso não está sendo fácil. Não há curso de graduação para essa disciplina e há poucos profissionais com uma capacitação satisfatória para atuar nesta área de conhecimento, para suprir assim, a demanda das instituições de ensino que ofertam o Ensino Religioso no currículo do Ensino Fundamental. Nessa direção, o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) tem insistido na necessidade de um curso de graduação específico com licenciatura plena para essa disciplina. Porém, a proposta ainda não saiu do papel.

A valorização da disciplina pela comunidade escolar é pequena, pois não é clara a nova proposta do Ensino Religioso. Diante dessa realidade, algumas questões são levantadas: se essa disciplina faz parte da formação básica, por que então é facultativa ao aluno? Como oferecer o Ensino Religioso aos alunos se não há professores habilitados?

É preciso desconstruir a ideia de Ensino Religioso catequético ou atividade confessional, de modo a assumir essa nova proposta que vem surgindo com tantos desafios e conquistas. É visível que ainda há muitos passos a serem avançados,

mas é preciso promover estudos, debates e pesquisas para formar um jeito novo de pensar e agir no processo de valorização do Ensino Religioso no Município de Vila Velha/ES.

1 MUNICÍPIO DE VILA VELHA

1.1 Localização Geográfica do Município de Vila Velha

O município de Vila Velha tem o seu território oficialmente delimitado, com a divisão geográfica da sua área urbana em cinco regiões administrativas, englobando 91 bairros, conforme a lei número 4.707/08, aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Max Filho em setembro de 2008.

Ao anunciar a sanção da lei que organizou o território municipal, Max Filho lembrou que a decisão resultou de um amplo envolvimento de toda a sociedade, sendo “fruto de muito trabalho, discussões com as comunidades e até a realização de consulta popular”.



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?q=mapa+regional+de+vila+velha-espírito+santo&hl>. 2012.

Figura 1- Mapa do Estado do Espírito Santo - Brasil.



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?q=mapa+vila+velha-es&num=10&hl=pt-BR&tbo=d&biw=1366&bih=598&tbn=isch&tbnid=RmTvwRS3MEKTLM>. 2012.

Figura 2- Mapa do Município de Vila Velha - ES/Brasil.

A Lei nº 4.707, de 10 de Setembro de 2008, dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites, a denominação dos mesmos, os critérios para organização e criação de bairros no perímetro urbano do Município. De acordo com o artigo 1º da Lei 4.707/08, Vila Velha foi dividida em cinco regiões administrativas: Centro, Grande Ibes, Grande Aribiri, Grande Cobilândia e Grande Jucu.

O novo mapa político de Vila Velha põe fim às polêmicas e controvérsias a respeito da quantidade e dos limites dos bairros do município, resultando em ganhos de gestão para a administração municipal, principalmente no tocante ao cadastramento imobiliário. Por fim, a nova organização territorial será igualmente benéfica para toda a população, haja vista que possibilitará melhor acessibilidade postal a todos os moradores, a partir da implantação de um definitivo endereçamento de ruas e de imóveis.

As cinco novas regiões administrativas de Vila Velha, institucionalizadas pela lei com respectivo número de bairros, são as seguintes: Centro, 18 bairros; Grande Ibes, 21 bairros; Grande Aribiri, 17 bairros; Grande Cobilândia, 14 bairros; e Grande Jucu, 21 bairros.¹

¹ PMVV. **Perfil socioeconômico por bairros.** Sempla. 2013. http://issuu.com/vilavelha/docs/perfil_socioeconomico. Acesso em 14/06/2014.

A delimitação dos novos bairros levou em conta as características históricas, culturais e sociais de cada comunidade, respeitando os limites do perímetro urbano, os eixos viários das rodovias e ferrovias, bem como as imposições de caráter geográfico.

1.2 História de Vila Velha

A História do município remete ao segundo quartel do século XVI, quando Vasco Fernandes Coutinho, recebendo a Carta régia de 1º de janeiro de 1534, no seu solar em Alemquer, tornava-se donatário de uma das capitânicas da costa brasileira. Reunindo uns 60 homens, entre fidalgos e criados Del Rei, alinhando-se entre aqueles D. Jorge de Menezes e D. Simão de Castelo Branco, e, equipando uma caravela de quatro mastros, deixou o fidalgo lusitano a sua Pátria, partindo rumo ao Ocidente para se apossar das 50 léguas de terras, na costa do Brasil, demarcadas para seu domínio.

No dia 23 de maio de 1535, domingo do Espírito Santo, a nau Glória, orientada pela serra do Mestre Álvaro, atravessou a barra ancorando em uma pequena enseada, situada à esquerda, nas margens do morro da Penha, ao norte do morro de João Moreno. Os colonizadores julgaram ser a baía um grande rio. Deu a terra o nome de Espírito Santo em vista de celebrar-se, naquela data, pela Igreja Católica, a festa do Divino Espírito Santo.

O desembarque não se fez com facilidade, pois os aborígenes, em defesa de sua terra, lutaram com ardor, armados de arcos e flechas, atirando suas setas dirigidas às embarcações. Houve necessidade de fazerem-se troar as duas peças de artilharia da caravela, para que os Goitacás debandassem, permitindo a posse da terra por Vasco Fernandes Coutinho.

Iniciava-se então a colonização do solo espírito-santense, com as suas primeiras cabanas e culturas agrícolas e tendo, pouco depois, o vínculo religioso, representado por uma igrejinha dedicada a São João, em homenagem ao monarca reinante. O primeiro núcleo de colonização recebera o nome de Vila de Nossa

Senhora da Vitória, devoção do donatário.

Reconhecendo o perigo representado pelos silvícolas, assim como a possibilidade de incursão de piratas, que infestavam as águas do Atlântico, naquela época, Vasco Fernandes Coutinho Lançou-se à construção de um forte em local estratégico situado mais ou menos onde hoje se ergue o Quartel de Piratininga.

Vasco Fernandes Coutinho, homem de espírito liberal e magnânimo, começou logo a distribuir terras àqueles que o auxiliaram na colonização do Espírito Santo. A D. Jorge de Menezes entregou a primeira ilha junto à barra (ilha do Boi); a atual ilha dos Frades foi doada a Valentim Nunes e em 15 de julho de 1537, doou a Duarte de Lemos a então ilha de Santo Antônio, que se instalara na sua parte alta, fazendo construir, na fazenda, ao lado da residência, uma igrejinha para o culto de Santa Luzia. Por essa época, os colonizadores sentiam-se mais desafogados do gentio. A falta, porém, de colonos para dar desenvolvimento aos trabalhos iniciados obrigou a Vasco Fernandes Coutinho ir a Metrópole.

Com a partida do donatário, por volta de 1550, a capitania ficou em completo desmando. Todas as leis, todas as regras, todos os princípios passaram a ser desrespeitados pelos colonos e pelo substituto de Vasco Fernandes Coutinho (Dom Jorge de Menezes). Em pouco, acendeu-se uma guerra encarniçada em que se envolveram portugueses, escravos, índios e mestiços. Em busca de refúgio, passaram-se quase todos os colonos para a ilha de Duarte Lemos (hoje Vitória). Aí fundaram a povoação a que denominaram de Vila Nova do Espírito Santo, em antítese à primeira vila, conhecida como Vila Velha.

Regressando o donatário da Metrópole, transferiu a sede da capitania para a Vila Nova, promovendo, no entanto, o reerguimento da primitiva vila (Vila Velha). Em 1595, inaugurou-se a Santa Casa de Misericórdia ou Casa da Caridade onde foi sepultado o donatário Vasco Fernandes Coutinho.

Elevou-se o território dessa vila à categoria de cidade em 1896 e à de município em 1897. A área do território municipal tem passado por várias modificações. Em 1931, pelo Decreto-lei estadual nº 9.222, de 31 de março de 1938,

foi desanexado e, novamente, pelo Decreto-lei estadual nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943, incorporado ao da capital. Tal situação perdurou a promulgação da Constituição Estadual, a 27 de julho de 1947, que estabeleceu no artigo décimo das Disposições Transitórias, o restabelecimento do município de Espírito Santo.

Vila Velha é a cidade mais antiga do Estado do Espírito Santo, com criação na data de 23 de maio de 1535, por Vasco Fernandes Coutinho. Era domingo consagrado pela Igreja ao Espírito Santo, daí a denominação inicial de Vila do Espírito Santo.



Fonte: <http://www.clerioborges.com.br/vilavelha01.jpg>

Foto 3 - Vila Velha

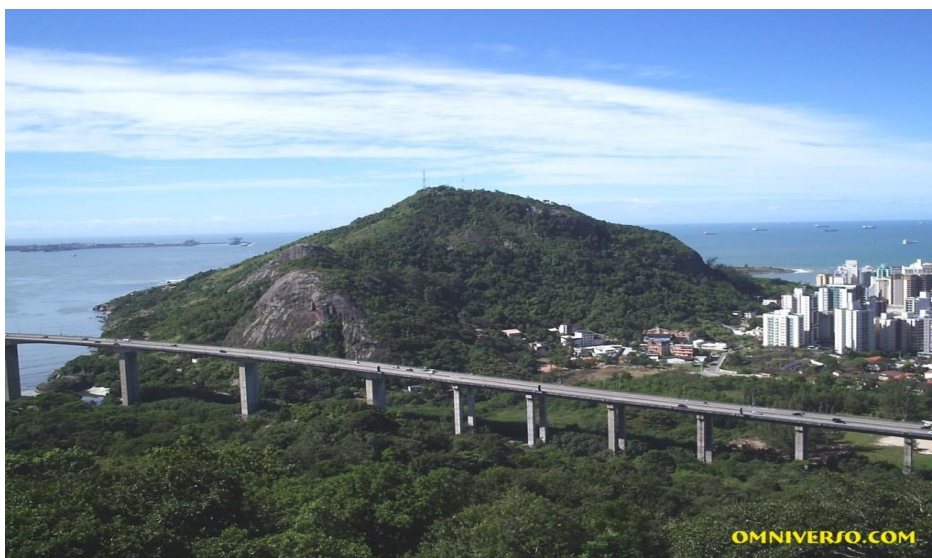
Ao longo dos séculos, Vila Velha ficou à sombra da capital Vitória. Sobreviveu aos primeiros anos, quando a maior parte de sua população foi para a capital. Em 1828, quase três séculos depois de povoada, tinha apenas 1250 habitantes, enquanto Vitória contava com 12704 moradores. Pequenos municípios como Nova Almeida e Itapemirim possuíam, respectivamente, 1734 e 1835 habitantes, sendo maiores do que Vila Velha.

Para chegar a Vitória, o morador de Vila Velha tomava um bonde da Prainha

para o cais de Paul, onde embarcava na lancha. A ponte Florentino Avidos era praticamente ignorada pelos usuários de bondes e lanchas. Em Vitória, os barcos deixavam os passageiros no centro e no cais Dom Bosco, onde mais tarde foi aberta a Av. Beira Mar.

1.3 Características Socioeconômicas do Município

Atualmente, Vila Velha possui cerca de 430 mil habitantes distribuídos numa área de 211 Km² e é ligada à Vitória pela 3ª Ponte, Estrada Jerônimo Monteiro e a Avenida Carlos Lindemberg, todas as vias modernas e urbanizadas. A imagem abaixo demonstra uma visão panorâmica da Terceira ponte que faz a ligação entre os municípios de Vila Velha e Vitória.



Fonte: <http://www.clerioborges.com.br/vilavelha01.jpg>

Foto 4 - Vila Velha Atual - Terceira Ponte

Vila Velha, hoje, caracteriza-se como município de grande desenvolvimento econômico, sobressaindo-se na produção de chocolates, refrigerantes, calçados infantis e sorvetes.

O município possui diversas agências bancárias e um grande polo de confecções, além de várias opções para os turistas, tais como o Museu Homero

Massena, o Convento de Nossa Senhora da Penha e suas belas praias.



Fonte: <http://www.clerioborges.com.br/vilavelha01.jpg>

Foto 5 - Vila Velha Atual - Praias

Atualmente, foi criado o projeto de lei, que deu origem ao mapa político de Vila Velha, enviado pelo prefeito Max Filho à Câmara Municipal no dia 12 de junho de 2007 e aprovado no dia 1º de agosto daquele ano com uma única emenda: Praia da Concha continuará fazendo parte da Barra do Jucu, ao contrário da separação proposta dos técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEMDU), atendendo à comunidade local.

Sempre houve polêmica sobre o número de bairros existentes em Vila Velha, antes do trabalho realizado pelos técnicos da SEMDU, já que havia documentos constando 106 e em outros 108. Em junho de 2007, a Prefeitura decidiu que o número correto era de 98 bairros, propondo sua redução para 92, com a exclusão de seis logradouros. Com a exclusão também da Praia da Concha (na Barra do Jucu), decidida pelos vereadores, o número final passou a ser 91.

Com o novo mapa político deixam de existir os seguintes bairros: Cidade Nova, que passa a integrar o bairro Darly Santos; Guadalupe, que passa a integrar Santos Dumont; Ipressa, que passa a integrar Alvorada; Prainha da Glória, que

passa a integrar Glória; Jardim São Paulo, que passa a integrar Jardim Colorado; e Recanto dos Pássaros e Praia da Concha, que passam a integrar a Barra do Jucu.

O município de Vila Velha tem, a partir de agora, o seu território oficialmente delimitado, com a divisão geográfica da sua área urbana em cinco regiões administrativas, englobando 91 bairros, conforme a lei número 4.707/08, aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Max Filho em setembro de 2008.²

Ao anunciar a sanção da lei que organizou o território municipal, Max Filho lembrou que a decisão resultou de um amplo envolvimento de toda a sociedade, sendo “fruto de muito trabalho, discussões com as comunidades e até a realização de consulta popular”.

O novo mapa político de Vila Velha resultou em ganhos de gestão para a administração municipal, principalmente no tocante ao cadastramento imobiliário.

² PMVV. **Perfil socioeconômico por bairros.** Sempla. 2013. http://issuu.com/vilavelha/docs/perfil_socioeconomico. Acesso em 14/06/2014.

2 ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

2.1 O Sistema Educacional de Vila Velha

O Conselho Municipal de Educação foi criado pela Lei nº 2611/90 e o seu primeiro colegiado foram empossados em junho de 1993, e o segundo colegiado em 1996. Através da Resolução 178, de 9 dezembro 1996, o Conselho Estadual delega as funções - que até então eram exercidas por ele - ao Conselho Municipal de Educação. O primeiro Regimento foi elaborado e aprovado em 27 de dezembro de 1996.

Na época o colegiado era formado por representantes dos professores municipais, do administrativo escolar, do Sindicato dos Professores, do Sindicato dos Auxiliares de Administrativo Escolar, de pais ou responsáveis dos alunos das escolas municipais, de alunos das escolas municipais com idade acima de 16 anos, dos membros indicados pelo Executivo Municipal dentre os representantes do magistério e da comunidade científica. Durante algum tempo, o Conselho ficou adormecido por falta de quórum e, conseqüentemente, por falta de condição de funcionamento, o que resultou no encerramento das atividades em 1998.

Em 31 de agosto do ano de 2001, por meio da Lei 3821, foram redefinidas a estrutura e as competências do Conselho Municipal de Educação com novo mandato e novas representações, sendo elas: representação dos professores em docência da rede pública municipal indicada pelo Sindicato dos Professores, representação do Conselho Nacional de Ensino Religioso, representantes das instituições privadas da Educação Infantil indicados pelo órgão de representação de classe, representante dos pais de alunos, indicado pelos Conselhos Escolares, representante dos alunos da rede municipal, representante da comunidade, indicado pelo conselho comunitário, representante da comunidade científica indicado pela Secretaria Municipal de Educação e representante da própria secretaria.

No mesmo ano, Vila Velha implantou o seu Sistema Municipal de Ensino, por

meio da Lei Municipal 4.100. De acordo com a Lei 3821/2001, o Conselho Municipal de Educação é Órgão Colegiado do Sistema Municipal de Ensino, de natureza participativa e representativa da comunidade na Gestão da Educação, exercendo as funções de caráter normativo, consultivo e deliberativo nas questões que lhe são pertinentes. Funciona em sessão plenária e em reunião de comissões permanentes na forma regimental.

O Conselho Municipal de Educação tem como função zelar pelo cumprimento das diretrizes e bases da educação; estabelecer normas que visam à melhoria da qualidade do ensino; participar da elaboração e analisar os planos, projetos e programas de educação; propor normas para o aperfeiçoamento organizacional e funcionamento do sistema de ensino; emitir parecer sobre assuntos e questões pedagógicas e educacionais, submetidos pelo Secretário de Educação; fixar normas para o funcionamento e autorização das escolas.

O Planejamento Estratégico da Secretaria (PES) traça objetivos e metas para a educação nos próximos quatro anos (2012 – 2015). O PES foi desenvolvido, com a participação dos servidores da pasta em 2011 e busca garantir condições que assegurem o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos, por isso, o planejamento traz as definições de valores, de visão e de missão voltadas para a qualidade, para a ética e para a inovação.

VALORES

Qualidade: buscamos a excelência em todos os serviços oferecidos aos cidadãos.

Ética: valorizamos os preceitos legais, os bons costumes e o respeito a todos os cidadãos.

Inovação: responderemos com agilidade e criatividade aos desafios educacionais, buscando a excelência na prestação de serviços.

Equidade: garantiremos as mesmas condições de aprendizagem para todos os nossos alunos.

VISÃO

Ser uma secretaria de referência na prestação de serviços educacionais de qualidade no estado do espírito santo, trabalhando com equidade, valorizando a ética e ações inovadoras.

MISSÃO

Garantir ensino de qualidade para todos, fortalecendo as escolas e assegurando atendimento efetivo às necessidades e expectativas de nossas comunidades.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Garantir um ensino de qualidade para todos.
2. Dinamizar a gestão da SEMED.
3. Investir na formação, qualificação e valorização dos recursos humanos.
4. Garantir as condições de funcionamento das escolas da rede municipal de ensino.

No município a estrutura do sistema educacional subdivide-se em Educação infantil e Ensino Fundamental, os quais são de responsabilidade da Prefeitura, ficando o ensino Médio a cargo do Estado.

A seguir uma apresentação do Ensino Fundamental.

No Ensino Fundamental, em Vila Velha, mais de 40 mil alunos são atendidos nas 61 Unidades Municipais de Ensino Fundamental (UMEF) da rede de ensino com projetos pedagógicos que visam promover um ensino de qualidade; as escolas levam para as salas de aula iniciativas dinâmicas, lúdicas e criativas para, desta forma, garantir o cumprimento do conteúdo pedagógico aliado a práticas diferenciadas de aprendizagem.

Literatura, meio ambiente, sustentabilidade e novas tecnologias são alguns dos temas que ganham vida e, de forma interdisciplinar, agregam valor ao trabalho

desenvolvido pelos professores. Além disso, os alunos têm acesso ao conteúdo acadêmico em livros e histórias em quadrinhos virtuais, vídeos, jogos, músicas e outras atividades que incentivam a leitura e a aprendizagem de forma prazerosa e divertida, por meio dos softwares pedagógicos trabalhados nos laboratórios de informática das escolas.

2.2 História do Ensino Religioso no Município de Vila Velha

A implementação da disciplina de Ensino Religioso dentro do currículo regular conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Religioso³, se justifica a partir da constatação de que, desde os primórdios da história da humanidade, o ser humano defronta-se com grandes desafios e situações limites: a enfermidade, a morte, a separação, o heroísmo entre tantas outras. Diante desses acontecimentos da vida, muitas vezes se questiona: Quem sou? Por que estou aqui? Para onde vou? O que acontece depois da morte? Qual é o sentido da vida? Na tentativa de dar respostas a estas questões surge o conhecimento religioso.

As respostas das indagações acima são a razão da busca empreendida pelos seres humanos através dos tempos, na tentativa de desvendar “o mistério”, superar a fragilidade e finitude. Como consequência dessa busca, surgiram diferentes manifestações religiosas, místicas e filosóficas no transcurso da história. Assim, o conhecimento religioso é o conjunto das respostas sistematizadas às questões fundamentais da vida humana.

A metodologia do Ensino Religioso deve possibilitar uma relação dialética, um “fazer pedagógico” dinâmico, permitindo a interação e o diálogo no processo de construção e socialização do conhecimento, de maneira que professor e aluno juntos possam (re)significar o conhecimento. Para tanto, sugere-se como momentos metodológicos: um ponto de partida para a introdução do assunto a ser estudado, seguindo a observação-reflexão-informação.

³ FÓRUM PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso**. São Paulo: Ave Maria 1997, p.18.

Segundo o FONAPER⁴ esses momentos se interligam numa dinâmica, num movimento constante, portanto, não são estanques e nem isolados.

Fundamentam-se em princípios, tais como: valores éticos, sociais, políticos e religiosos, visando integrar os nossos alunos em seu contexto social, proporcionando uma participação efetiva, através de temas transversais, abordando assuntos concernentes ao seu cotidiano levando-o a questionar, discutir e opinar sobre determinados temas, proporcionando-lhes crescimento pessoal.

O aspecto religioso propriamente dito recebe um enfoque especial de abordagem, mas é interessante ressaltar que a nossa preocupação é de compreender e encará-lo no contexto universal, ou seja, não dispensamos a visão sectarista e fechada de uma crença, de um caminho, de um pensamento direcionado, mas a nossa ideia buscará transmitir e principalmente despertar nos alunos o sentimento de respeito, de amizade e de amor pelo próximo, valores estes altamente positivos a serem considerados na sua formação.

Objetivos Gerais

- Julgar problemas vivenciais e chegar a conclusões próprias e pessoais destes.
- Entender sobre drogas, sexo e família, estabelecendo metas para um melhor desempenho social.
- Desenvolver valores éticos, sociais e políticos que o levem a uma plena consciência de um cidadão, interado politicamente.

2.3 A Primeira Proposta Curricular do Ensino Religioso.

A primeira Proposta Curricular de Vila Velha surgiu no ano de 1997 teve um significado especial no processo educacional do país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em dezembro de 1996, faz exigências novas e pretende estabelecer um arcabouço menos fragilizado das relações de envolvimento que buscam aprimorar os resultados educacionais. No dispositivo legal representa um

⁴ FONAPER, 1997, p. 34

ano de transição.

Contudo, um ano apenas não foi bastante para intermediar a passagem para uma estrutura definitiva, visto que a organização de um modelo novo, realmente eficaz, exige uma mudança radical, inclusive do comportamento dos órgãos públicos e das pessoas que os representam.

O período é coincidente com o começo de uma gestão administrativa municipal que se assenta com fôlego renovado, calcado na experiência do trato com as dificuldades que o professor enfrenta na sua caminhada, levando-nos a acreditar na energia que pode advir desse envolvimento, se os fundamentos, o conteúdo, a maneira de conduzir a ação pedagógica, tiver sua participação efetiva e direta.

A tarefa de construção da Proposta Pedagógica formulada a par dos encontros de trabalho, das reuniões e dos debates durou dois anos, tendo sempre como referencial básico os Parâmetros Curriculares Nacionais. Igualmente serviram como documentos de apreciação para a formulação da nossa proposta outras experiências vivenciadas como os programas da Secretaria Municipal de Educação da capital e do Estado.

Na direção e no encaminhamento desta estruturação nova é importante que sejam consideradas com atenção especial as atribuições, posturas e desempenhos dos profissionais que orientam diretamente a ação pedagógica, no caso da SEMED, os supervisores escolares e a equipe técnica central, na sua tarefa específica de unificação dos currículos e programas. Também o diretor escolar, como elo e de responsabilidade sobre o sucesso do plano esquematizado e, é claro, o professor, como elemento encarregado de desenvolver a mais importante ação neste sentido, que é a aprendizagem.

Passa a ser de capital importância o trabalho da equipe técnico-pedagógica numa visão de conjunto tendo os elementos que a formam a necessidade e a compreensão da noção correta do valor que representam para a rede. Move-nos em conjunto e a cada qual em particular uma convicção: precisamos atuar em equipe, somando ideias positivas, descartando pensamentos negativistas que, de alguma forma, possam influir para a desagregação da ideia básica norteadora. Para acerto do alvo que buscamos é necessário o domínio de varias situações dentre as quais algumas não dependem do nosso poder de decisão, em nível de secretaria, mas as

que nos são afeitas e estão sob nossa responsabilidade, todo o esforço tem de ser desenvolvido no sentido de programar, acompanhar e defini-las.

Os pressupostos básicos desta ação conjunta são de natureza subjetiva e estão ligados à necessidade da presença e da prevalência do desprendimento, da organização e do planejamento sistemático, fatores indubitáveis que em ação contínua e em constante exercício, efetivamente colocarão em prática o discurso da melhoria da qualidade do ensino; outros existem e são importantes, como os recursos materiais, as condições de trabalho, a capacidade para exercício das atribuições atinentes

O grupo de trabalho que compõe o Departamento Técnico-Pedagógico veio se formando aos poucos. Todos que estão atuando na equipe central, a partir do seu diretor, foram escolhidos e indicados, tendo recebido apoio consensual e unânime com aprovação do eminente e ilustre Secretário de Educação. Este fato é importante porque a partir deste modo simples de escolha, pautado primeiramente na competência, e depois no consenso, faz surgir e favorecer o espírito de união do grupo que consideramos, em especial, como fator de sucesso do nosso trabalho.

Os primeiros a chegarem foram Maria da Penha Adami, para atuar na assessoria do Gabinete do Diretor Técnico Pedagógico, Alayde Mendonça Caballero e Regina Lúcia Pinto Rangel para atuarem respectivamente na assessoria e na Educação Infantil e no Projeto ligado ao Jornal na Sala de Aula. Depois vieram Roberto Brandão Pereira e Catarina Pitanga Costa, o primeiro para atuar na Inspeção Escolar e a segunda para assessorar na organização dos jogos escolares e coordenar a área de Educação Física. Igualmente neste mesmo período foi chamada de volta para atuar diretamente no grupo central para apoio na elaboração de projetos pedagógicos e coordenação do Projeto "Todos Podem Ler", a supervisora escolar Marinalda Falcão Loureiro. Cerenusa Badker, Fernanda Appel e Mônica Araup para coordenação e apoio do ciclo do Pré-Escolar a 4ª série. Quase concomitantemente vieram Flávia Rodrigues Maciel para apoio e coordenação da área de Ciências e Programa de Saúde, Mário Dilson Ribeiro e Telma Bianchini para área de Matemática, além de Claudia Felix Pimentel. Teriam que desenvolver a parte prática do Projeto "O jornal na sala de aula". Também são desta primeira fase Rosângela Maria Lopes, a quem coube coordenar as atividades de 5ª a 8ª série, no nível de elaboração e implementação da proposta.

Realizou-se a capacitação de diretores escolares e de supervisores, com o objetivo de informar e detalhar as linhas de ação da proposta de trabalho. Nesta etapa ficaram definidos pontos de atuação básicos deste documento e os profissionais que o implementariam na ação objetiva e direta com as escolas, Dulcinéia de Almeida Costa na área de História, Flávia Mana Volkersem Geografia, Cláudia Félix Pimentel na área de Educação Artística, além de Flávia Macielem Ciências, e Mário Dilson Ribeiro, Matemática.

Para acompanhamento das atividades de capacitação de pessoal no nível de 1° ao 6° ano contamos com a colaboração das professoras Áurea Nascimento Dias, Fernanda Emília J. Bermudes e das pedagogas Maria de Lourdes Caus, Ana Lúcia Alves Bassetti, Patrícia Ann Leão, Thelma do Carmo de Freitas, Maria Edna Poletti Bergami, Mana Rosana Spalenza e Francisca Roris Camilato.

Na condução dos encontros por área de atuação foi interessante a colaboração direta de alguns professores das unidades escolares, sobretudo na definição das estratégias e elaboração dos conteúdos das diversas áreas, com ênfase no complemento curricular próprio, sem perder, contudo, a visão de conjunto e da importância de inserção dos temas transversais.

A partir da análise e levantamento realizados nas fichas de rendimentos bimestrais originárias das unidades escolares, detectou-se a necessidade de colação dos supervisores escolares, para em grupo de trabalho, buscar entender algumas dificuldades e encontrar fórmula de ação a ser desencadeada com a finalidade de corrigir as falhas existentes, diminuindo os índices que poderiam levar à repetência e a evasão. Desse modo, em várias unidades escolares passaram a atuar professores com redução de carga horária e outros com extensão de carga horária, e até estagiários no esforço sistemático de assimilação dos conteúdos programáticos.

O acompanhamento do trabalho e do desempenho das unidades escolares, refletido na verificação e análise das fichas de rendimento além de outras observações “in loco” e relatórios enviados, permitiram que fosse elaborado um plano de ação com orientações constantes e sistemáticas aos diretores e orientadores pedagógicos em exercício.

Com o ingresso de diretores novos no que tange ao conhecimento da

estrutura de funcionamento da rede de escolas e à experiência do exercício do cargo, verificou-se a necessidade de proporcionar e antecipar uma capacitação para diretores, através da qual deveriam eles encontrar menos dificuldades para o gerenciamento da unidade escolar.

Tal capacitação revestiu-se da maior importância sobretudo especial, pelo fato de ser de transição o ano de 1997 e pelo fato de ser permitida vasta troca de experiência, mas também porque se realizou efetivo e intenso estudo de dispositivos contidos na Lei 9.394/96, assim como os estudos realizados para conhecimento da Lei nova, através dos pareceres da Câmara de Educação Básica, em especial os pareceres 01/97, 07/97 e 012/97. Como se sabe estas Diretrizes nortearão o encaminhamento, sob o ponto de vista legal, do sistema e das unidades escolares nelas inseridas.

A elaboração desta Proposta não resultou de mero exercício burocrático, digamos que tenha sido quase obrigatório, do cumprimento de uma pauta de trabalho. Muito mais do que isso ela se reveste da necessidade de se organizar e estruturar a ação da escola no sentido da busca de resultados realmente positivos, obtidos na melhoria da qualidade da atuação e do desempenho do organismo escolar.

Na linha de concretização para alcance destes resultados é importante que se destaquem quatro ações fundamentais: a aquisição do conhecimento, o planejamento, a estratégia e a avaliação.

O conhecimento se adquire na escola e na experiência da vida, contudo, a rede possui um elenco de professores antigos e experientes, já outros são novos, egressos recentemente dos institutos e das faculdades. Em educação principalmente, a necessidade do exercício de atualização da formação profissional, são fatores mais do que evidentes de uma prática constante e costumeira.

Por esta razão, é preciso proporcionar aos professores e técnicos a atividade e a possibilidade da realização de Cursos de Capacitação. É neste sentido que o professor precisa ler constantemente uma literatura interessante com análise dos problemas sociais brasileiros e da escola pública, o que propiciará razoável ajuda neste sentido; também periódicos especiais que tratam de situações rotineiras das escolas com enfoques no processo da aprendizagem tem dado excelente

contribuição no sentido das estratégias e abordagens de alguns temas dos conteúdos programáticos curriculares.

Quanto ao planejamento, a proposta é por uma experiência inovadora. Imagina-se que as escolas da rede devem ter um dia da semana da atividade laboral do professor dedicado à troca de opiniões, à divulgação de resultados obtidos ao acerto e acompanhamento do programa de cada componente curricular.

Por essa razão a escola estrutura e distribui o horário das disciplinas da Grade Curricular, reservando um dia da semana exclusivamente para cumprimento desta atividade.

A estratégia utilizada pela escola e pelo professor para alcançar os resultados de uma melhor qualidade deriva primeiramente da vontade de tornar a aula e a escola atraentes para o aluno. O rigor de formalismo da sala de aula tira a liberdade do professor e muito mais do aluno de exercitar a ação da aprendizagem. Há momentos de formalidades sim, e a escola deve cuidar para que não se percam estes valores impregnados nas instituições, na sociedade e na cultura, mas isto não significa que o ambiente e o clima da aula não oportunizem a vazão de experiências práticas, sobretudo quando se deve levar em consideração a criatividade na ação direta do objeto da aprendizagem.

Por este motivo, inclusive, é que a escola deve proporcionar condições e incentivar os professores a levar os alunos a visitar não só como atividade de lazer, mas como proposta de conhecer os museus, as feiras e mostras, as reservas ecológicas, os teatros, as galerias de artes, as empresas e indústrias, enfim qualquer espaço que lhes permita a aquisição do conhecimento.

Por fim uma última ação deve ser objeto de preocupação das escolas. A avaliação não pode ser tratada de maneira cômoda como às vezes acontece no processo de formação do estudante. Vive-se um tempo novo em que a escola e o professor devem conhecer os seus alunos e os passos que darão na direção do seu crescimento. Por isso as relações da escola e do agente educador com a família são importantes.

O tempo do regente que avalia o desempenho do seu aluno através da prova do final do bimestre ou da prova do final do ano passou e não pode ser senão e tão somente, um dos instrumentos da avaliação. Na proposta que apresentada a

avaliação está presente em todos os instantes do processo da aprendizagem.

Cumprе destacar que a dinâmica da escola no enfoque e na dimensão que a imaginamos precisa interligar estas ações porque elas representam a essência e a estrutura para o sucesso que precisamos.

Ao elaborar esta proposta, levamos em conta as profundas alterações operacionalizadas nos costumes das pessoas. As cidades mudaram muito as suas fachadas e as vidas dos que nelas vivem. Os valores da ética, a questão da saúde e do meio ambiente, os problemas da sexualidade, o modelo consumista, as relações do trabalho, a valorização da cultura, inclusive a local, enfim estes assuntos que fazem a vida da cidade e que movimentam as pessoas são inseridos numa abordagem transversalista dentro dos conteúdos curriculares, de modo a proporcionar ao aluno a compreensão das realidades que o rodeiam e constituem o seu cotidiano.

A proposta de abordagem desses temas numa visão quanto possível crítica dos costumes tem como escopo tornar a escola ativa, e depende muito da formação do seu quadro de pessoal, sobretudo do grupo dirigente e do professor, na elaboração e estruturação do assunto temático, seu conteúdo, a forma de abordagem, as estratégias utilizadas, para o alcance destes objetivos.

Por último cabe registrar que este documento, como o próprio nome indica, é uma proposta e como tal deve ser utilizada, isto é, sendo orientadora das ações de caráter pedagógico, estimulando a escola à construção de projetos que venham embasar a sua atividade prática no sentido das metas aqui propugnadas.

Não podemos esquecer e desconsiderar uma situação de caráter geográfico. A cidade de Vila Velha está situada na região metropolitana da Grande Vitória, é adjacente à capital, como igualmente outros dois municípios considerados médios quanto ao índice populacional, e por via de consequência, com professores e técnicos que atuaram e continuam atuando como concomitantemente nas redes escolares destes municípios o que, de certa forma, facilita o intercâmbio e as ações diretas das suas vivências profissionais.

Esta vivência referida é ponto factível de consideração na montagem desta proposta. Com certeza existe neste modelo que apresentamos muito da experiência pessoal dos que contribuíram para elaborá-la.

Porém foi com base de referência nos Parâmetros Curriculares recebidos do MEC, instrumento de ação com abrangência nacional, que elaboramos e direcionamos a presente proposta como documento orientador das ações implementadas nas unidades escolares, dentro da flexibilidade que deve ter toda orientação construída com este teor.

Objetivos Gerais

1 - satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, dos jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para plena participação na vida econômica, social, política e cultural da comunidade, do município, do estado e do país:

a) definir padrões de aprendizagem a serem alcançados nas várias etapas/séries da Pré-escola e do Ensino Fundamental, garantindo oportunidades a todos, de aquisição e domínio de conteúdos e de competências básicas;

- no domínio cognitivo: incluir habilidades de comunicação e escrita, de cálculo e raciocínio lógico, estimular a criatividade, a capacidade decisória, habilidade na identificação e solução de problemas e, em especial, de saber como aprender;

- no domínio da sociabilidade: desenvolver atitudes responsáveis, de autodeterminação, de senso de respeito ao próximo e domínio ético nas relações interpessoais e grupais;

b) estabelecer, em nível apropriado, os objetivos e metas de desempenho dos respectivos planos curriculares, correspondentes aos objetivos socioculturais, antes mencionados, e que deverão ser alcançados pelas unidades escolares;

c) adequar, no plano normativo e curricular, as articulações entre as fases da Pré-Escola, das Séries Iniciais e das Séries Finais do Ensino Fundamental e ainda os temas transversais e os componentes curriculares propriamente ditos;

d) analisar e avaliar o livro didático para uma melhor qualificação e melhor desempenho dos educandos e do corpo docente;

2 - uniformizar, com equidade, as oportunidades de alcance e manutenção de níveis apropriados de aprendizagem e de desenvolvimento:

- a) assegurar a todas as unidades de ensino, da Educação Infantil ao 9º Ano, padrões básicos de provisão de ambiente físico, de recursos e tecnologias instrucionais, de competências pedagógicas e de gestão e gerenciamento, para o desenvolvimento do processo de ensino de boa qualidade;
- b) reduzir paulatinamente os índices de evasão e repetência até que se possa atingir uma meta o quanto possível de nenhuma perda no processo escolar e, se reduza à zero a reprovação;
- c) oferecer a estudantes fora das faixas etárias normais de escolarização, oportunidades de recuperar o tempo perdido, com cursos de Suplência através do Projeto "Todos Podem Ler" e Suplência Fase II;
- d) implementar estratégias de ensino para atender às necessidades específicas de aprendizagem do aluno, assegurando a todos uma educação de qualidade que respeite e promova a construção da identidade da criança, do adolescente, do jovem e do adulto enquanto estudante;
- e) criar, para os alunos que apresentem necessidade de acompanhamento dos padrões referenciais mínimos de qualidade, o reforço, sistemático, de modo a se cumprir paralelamente a recuperação da aprendizagem;
- f) ampliar a jornada escolar e do ano letivo.

3 - ampliar os meios e o alcance do Ensino Fundamental:

- a) situar a escola como espaço privilegiado e autônomo de gestão e desenvolvimento da aprendizagem e da formação do cidadão, incentivando-lhes a criatividade, a capacidade de inovação e de ajustamento cultural;
- b) proporcionar maior atenção à criança e ao adolescente, especialmente nas áreas, de concentração de pobreza e fortalecendo as Unidades de Educação Infantil;
- c) proporcionar orientação pedagógica presencial e constante aos docentes que atuam nas Unidades de Educação Infantil;
- d) priorizar a formação de classes de Pré-escola objetivando melhor preparar o ingresso do aluno no ensino fundamental;
- e) enriquecer o acervo de recursos e tecnologias de apoio à escola, aos professores aos orientadores e aos dirigentes.

RELAÇÃO DE CONTEÚDOS - EDUCAÇÃO RELIGIOSA

6ª ano

- Valorizando a vida: Humana e Ecológica.
- O belo e o bom da vida: Espetáculo da natureza. Beleza artística.
- Direitos e deveres: Viver o primeiro direito. Separando direitos e deveres. Respeitando o direito do outro (defesa, sonhar e amar).
- O que é ser gente? Gente pensa. Gente cria. Gente sonha. Gente decide.
- A humanidade busca o criador: Ciência X Religião.

Tudo fala de Deus (o homem, animais e natureza). Homem imagem de Deus - Que Deus?

- Religiosidade: Religiões e igrejas. Religiosidade e consciência crítica. Religiosidade e atitudes. Religiosidade e idealismo.
- Amar: A Deus. Ao próximo. A si mesmo.
- Tipos de amor: Ágape. Filéo. Eros.
- Ideais: Ser. Ter. Viver.
- Ser mais (comportamento): Ser bom. Ser amigo. Ser sábio. Ser cristão.
- Valorização humana: A importância de pequenos gestos. Aprendendo com os pequenos.
- Equilíbrio: Físico. Emocional. Ideal.
- Sou importante: Autoconceito. Autoimagem. Autoestima.
- Talentos diferentes: Estudo. Artes. Trabalho.
- Educação da consciência: Respeitando a família. Respeitando a escola e comunidade. Cultivando amizades.
- Relacionamento: Interpessoal. Familiar. Social
- Liberdade: Política. Social. Religiosa. Cultural (moral).
- Política: Social. Financeira. Educacional. Religiosa. Justiça social.
- O belo e o bom da vida: Espetáculo da natureza. Beleza artística. Maravilha do

corpo.

- Racismo.
- Introdução ao combate e prevenção contra as drogas.
- Introdução à sexualidade.
- E preciso lembrar: A Páscoa. Dia das Mães. Dia dos Namorados. Dia dos Pais. Dia do Estudante. Dia do Professor. Dia Internacional de Ação de Graças.

7º ano

- Convivência: Viver é conviver. Saber colocar-se no lugar do outro. Falando a mesma língua. Ecumenismo. E a vivência com Deus?
- Características humanas: Somos inteligentes. Somos livres. Somos responsáveis.
- Quem somos? Somos capazes de amar. Somos parecidos com Deus.
- Tipos de valores: Valores materiais. Valores estéticos. Valores morais. Valores religiosos.
- Amar: A Deus. Ao próximo. A si mesmo.
- Problemas sociais: Minhas ações me revelam. Como se trabalha com os necessitados. Ignorando preconceitos. Violência.
- Política: E o poder, como fica? E quem garante? (honestidade). Partilhar para multiplicar (comunidade). Os acomodados perdem a festa.
- Relacionamentos interpessoais: Família. Amigos. Comunidade. Conviver nem sempre é fácil.
- O período da adolescência: Adolescência: o que é? A puberdade. Aprendendo a cuidar-me.
- O perigo das drogas: A droga e a família. A droga e a violência. A droga e a sociedade.
- Sexualidade: Namoro, amor, paixão. Gravidez na adolescência. Aborto (abordagem geral).
- É preciso lembrar: A Páscoa. Dia das Mães. Dia dos Namorados. Dia dos Pais. Dia do Estudante. Dia do Professor. Dia Internacional de Ação de Graças.

8º ano

- Conhece-te a ti mesmo: Autoconceito. Autoimagem. Autoestima.
- A puberdade e a adolescência: Adolescência e as transformações do corpo. O adolescente e o meio.
- Liberdade: O que é libertinagem?
- Sexualidade: Amor, paixão. Namoro. A primeira relação.
- Gravidez na adolescência: O aborto e seus riscos. Métodos contraceptivos.
- Tipos e prevenção de D. S. T. (doenças sexualmente transmissíveis): Sífilis. AIDS. Gonorreia. Cancro - mole.
- Drogas: O caminho sem volta? Maconha. Cocaína. Crack. Cigarro branco. Heroína. LSD. Remédios (psicotrópicos). Ecstasy. O caminho de volta (recuperação).
- Sexo: Minhas dúvidas sobre sexo. Quando começar. Homossexualidade. Hermafroditismo. Sexo X maturidade.
- Necessidades básicas do homem: Alimentação. Aceitação. Materiais. Segurança. Espirituais.
- Violência: Viver é perigoso. O que gera a violência.
- Política: Justiça seja feita. A educação e a política. Economia brasileira X política.
- Conflitos familiares: E a família como vai? Relacionamento familiar. Respeitando uns aos outros.
- E preciso lembrar: A Páscoa. Dia das Mães. Dia dos Namorados. Dia dos Pais. Dia do Estudante. Dia do Professor. Dia Internacional de Ação de Graças.

9º ano

- Viver a verdade: Verdade X Mentira. A procura da verdade. Pensar é preciso.
- O sentido da vida: A busca dos prazeres. Além dos prazeres. Ser feliz.
- Amar de verdade: Os três níveis de amor. Amor X paixão. Amor X amizade. Amor X caridade.
- O difícil caminho das drogas: Por que as pessoas se viciam. A maconha e seus efeitos. A cocaína e seus efeitos. O crack e seus efeitos. LSD e seus efeitos. O

<p>com o outro enfatizando atitudes adequadas de convivência.</p> <p>2ª Ano:</p> <p>- Propiciar ao educando a compreensão de sua identidade religiosa numa construção em reciprocidade com o outro e na percepção da ideia do Transcendente, expressas de maneiras diversas pelos símbolos religiosos.</p> <p>3º Ano:</p> <p>- Propiciar ao educando o entendimento dos diferentes significados dos símbolos religiosos na vida e convivência das pessoas e grupos, assim como o valor da reverência ao Transcendente, que é Um só, mas expresso de maneiras diversas pela simbologia religiosa.</p>	- A presença do Transcendente.	X											
	- A ideia do Transcendente.	X											
	- A ideia do Transcendente no oriente e no ocidente, na visão tradicional e atual.		X	X									
	- História e Tradições Religiosas:												
	- A evolução da estrutura religiosa nas organizações humanas no decorrer dos tempos.						X	X					
	- Sociologia e Tradições Religiosas:												
	- A função política das ideologias religiosas.						X	X					
	- Psicologia e Tradições Religiosas:												
	- As determinações da Tradição Religiosa na construção mental do inconsciente pessoal e coletivo.												
	Escrituras Sagradas												
	- História das narrativas sagradas:												
	- O conhecimento dos acontecimentos religiosos que originaram os mitos e segredos sagrados e a formação dos textos				X	X							
	- Revelação:												
	- A autoridade do discurso religioso fundamentada na experiência mística do emissor que a transmite como verdade do Transcendente para o povo.						X	X					

	- A identificação dos símbolos mais importantes de cada Tradição Religiosa, estabelecendo a relação de seu(s) significado(s).		X	X						
Objetivos Específicos:	Conteúdos:	1º	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª
6º Ano: - Propiciar o conhecimento da formação da ideia do Transcendente na evolução da estrutura religiosa, percebendo-a como ideia orientadora e referente para a vida. - Propiciar atividades em que o aluno possa: - Compreender a vida escolar como participação no espaço público, utilizando os conhecimentos adquiridos na construção de uma sociedade justa e democrática. - Demonstrar ter uma imagem positiva de si, de respeito próprio e reconhecimento de sua capacidade de escolher e de realizar seu projeto de vida. - Adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, repudiando as injustiças e discriminações. - Empregar o diálogo como forma de esclarecer os conflitos e tomar decisões. - Compreender que os problemas ambientais interferem na qualidade de vida das pessoas, tanto local quanto globalmente.	- Rituais:									
7ª Ano: - Propiciar atividades em que o aluno possa: - Conhecer a evolução da estrutura religiosa no decorrer dos tempos, assim como das ideologias religiosas que perpassam as redações dos textos	- A descrição de práticas religiosas significantes, elaboradas pelos diferentes grupos religiosos.			X	X					

<p>sagrados e dos textos orais e aquilo que determina a verdade sobre o Transcendente para um grupo.</p> <p>- Assumir posições segundo seu próprio juízo de valor, considerando diferentes pontos de vista e aspectos de cada situação.</p>	<p>- Espiritualidades:</p>										
<p>- Reconhecer as qualidades da própria cultura, valorando-as criticamente e enriquecendo a vivência da cidadania.</p> <p>- Perceber em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa/efeito que condicionam a vida no espaço e no tempo, utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais e seu meio.</p>	<p>- O estudo dos métodos utilizados pelas diferentes tradições religiosas no relacionamento do Transcendente, consigo mesmo, com os outros e o mundo.</p>										
	<p>Ethos</p>										
	<p>- Valores:</p>										
	<p>- A valorização da vida.</p>	<p>X</p>									
	<p>- As virtudes.</p>		<p>X</p>			<p>X</p>					
<p>Objetivos Específicos:</p>	<p>Conteúdos:</p>	<p>1º</p>	<p>2ª</p>	<p>3ª</p>	<p>4ª</p>	<p>5ª</p>	<p>6ª</p>	<p>7ª</p>	<p>8ª</p>	<p>9ª</p>	
<p>8º Ano:</p> <p>- Propiciar o conhecimento do sentido da vida sustentado pelas crenças, doutrinas, normas e métodos de relacionamento com o Transcendente, com os outros, com o mundo e consigo mesmo.</p>	<p>- A importância das escolhas pessoais, baseadas no exemplo de líderes religiosos.</p>	<p>X</p>						<p>X</p>			

<p>- Propiciar atividades em que o aluno possa:</p> <p>- Compreender o conceito de justiça baseado na equidade e empenhar-se em situações solidárias e cooperativas.</p>	<p>- o conhecimento do conjunto de normas de cada Tradição Religiosa apresentado para os fiéis e no contexto da respectiva cultura.</p>							X		X
<p>- Compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade passível de mudanças.</p> <p>- Analisar com discernimento as atitudes e situações fomentadoras de todo tipo de discriminação e injustiça social.</p> <p>- Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito de expressão, garantida a dignidade do ser humano.</p>	<p>- Limites:</p>									
<p>- Posicionar-se com discernimento e solidariedade, nas situações de consumo e de trabalho, sabendo de seus direitos e responsabilidades, identificando problemas e debatendo possíveis soluções.</p>	<p>- A importância da atitude do respeito presente nas Tradições Religiosas.</p>	X								
	<p>- A fundamentação dos limites éticos propostos pelas várias Tradições Religiosas.</p>							X		X
Objetivos:	Conteúdos:	1º	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª
<p>9º Ano:</p> <p>- Propiciar o conhecimento das possíveis respostas dadas à vida além-morte, pelas tradições religiosas, como orientadoras das crenças, normas e atitudes éticas</p>	<p>- Alteridade:</p>									

<p>dos fiéis, o que deve conduzi-lo ao estabelecimento de compromissos sociais solidários.</p> <p>- Propiciar atividades em que o aluno possa:</p>	<p>- A mudança de atitude frente ao diferente.</p>	X								
<p>- Identificar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes.</p>	<p>- A diversidade entre as pessoas e suas Tradições.</p>		X							
<p>- Compreender como os lugares e as paisagens foram e continuam sendo criados e transformados, analisando a intervenção do trabalho e do consumo humanos na produção da vida material, social e cultural.</p>	<p>- A capacidade que o ser humano tem de pensar e transformar, com ênfase nas atitudes.</p>		X							
<p>- Posicionar-se de maneira crítica em relação ao consumismo, às mensagens da publicidade e estratégias de venda, compreendendo seu papel na produção de novas necessidades.</p> <p>- Reconhecer que os direitos civis, políticos e sociais são conquistados por meio de conflitos e acordos que podem redundar em maior justiça na distribuição de renda.</p>	<p>- As orientações para o relacionamento com o outro permeado por valores.</p>			X	X					

Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano

Para o ensino de 1º ao 5º Ano o Quadro Curricular contempla a abordagem global do aluno em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, afetivo e social, apoiando-se nos parâmetros sócios construtivistas, para destacar a relação existente entre a motricidade, a mente e a afetividade.

Objetiva-se estimular seu raciocínio e espírito criativo, o que implica numa atitude de pesquisa, avaliação e reflexão sobre a prática, diálogo, troca de experiências e ideias, registrando-os através de desenhos, pinturas, recortes,

colagens, músicas e atividades recreativas dirigidas.

Os alunos são avaliados de forma psicodiagnóstica mediadora, registrada em forma de notas. A avaliação é contínua, sistemática e integral ao longo do processo de ensino, observando-se o comportamento do aluno nos domínios afetivos, cognitivos, psicomotores, através de diferentes técnicas e instrumentos.

O quadro curricular contém um cabeçalho contendo o nome do estabelecimento e a localidade do mesmo. Tem como indicadores fixos de 1º ao 5º ano:

- nº de dias letivos: 200

- nº de dias semanais: 05

- nº de semanas letivas: 40

- duração do recreio: 20 min

* Os conteúdos específicos de acordo com os exigidos pelo Núcleo Comum e da Lei 9394/96. Incluem: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes, Educação Física e Ensino Religioso.

* A Educação Física é ministrada por professor especializado, sendo 2 aulas semanais por turma, de 50 minutos cada, em dias alternados.

* As atividades de Educação Ambiental, programas de saúde serão abordados nas diversas áreas do conhecimento, conforme prevista nos Temas Transversais, quais sejam: Ética, Sexualidade, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

* O Ensino Religioso é ministrado com uma aula do 1º ao 5º Ano.

Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano

O cabeçalho da Grade Curricular do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano está completo. São Nove Conteúdos Curriculares do Núcleo Comum conforme LDB 9394/96. Os conteúdos estão assim distribuídos: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes, Ensino Religioso, Educação Física e Língua Estrangeira.

Tem como Indicadores Fixos:

- nº de dias letivos: 200
- nº de dias semanais: 05
- nº de semanas letivas: 40
- duração do recreio: 20 min.
- período aula: 50 minutos

* As atividades de Educação Ambiental, Programas de Saúde serão abordados nas diversas áreas do conhecimento, conforme previsto nos Temas Transversais, quais sejam: Ética, Sexualidade, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

* Educação Ambiental será integrada a Ciências e Programas de Saúde. Nos planos de Ensino de História e Geografia estarão incluídos os conteúdos relacionados com o objetivo de formação da cidadania e conhecimento da realidade brasileira. Como exemplo o projeto "Reintrodução das Espécies Nativas Através do Manejo Sustentável", desenvolvido na orla da praia e no entorno da escola, desde 2002.

* A disciplina de Educação Religiosa é oferecida de acordo com a legislação vigente, Lei nº. 9475/97 e na Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação nº. 02 de 7 de abril de 1998.

Nessa Lei, em seu artigo 33 da LBD/96, é estabelecida a matrícula facultativa, como disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental. Regulamenta, ainda, que os sistemas de ensino deverão ouvir entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas quanto ao conteúdo a ser estudado.

Resolução CEB nº. 02/98 Estabelece a relação entre a Educação Fundamental, a vida cidadã e as Áreas de conhecimento; entre elas está incluída a

Área de Educação Religiosa.

Uma vez garantida na legislação educacional, cabe ressaltar que o termo "matrícula facultativa" não retira a obrigatoriedade de oferta da disciplina Educação Religiosa da grade curricular da escola pública. Tal termo prevê a possibilidade do aluno não frequentar as aulas em que haja conflito ideológico entre a cultura familiar e o conhecimento estruturado.

Por outro lado, a Rede Municipal de Vila Velha desenvolveu a transição de um Ensino Religioso baseado nos moldes do estudo de uma característica religiosa para uma Proposta Curricular que vise compreender a sistematização do fenômeno religioso a partir de suas raízes orientais, ocidentais e africanas focando o processo de ensino-aprendizagem no contexto de uma sociedade pluralista.⁵

Dessa forma, baseado na fundamentação teórica encaminhada no PCN – Ensino Religioso e na legislação educacional em vigor não haverá motivo para a não opção pela frequência, pois não se trata mais do ensino confessional de uma Religião.

EJA - Ensino Fundamental Regular Semestral Noturno - 6º ao 9º ano

O Quadro Curricular do ensino noturno é tratada como Ensino Fundamental Regular Semestral Noturno, conforme Lei nº 3112/95 de 13/01/95, Resolução CME nº02/03 de 07/07/2003.

Os conteúdos estão assim distribuídos: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Língua Estrangeira, Artes e Ensino religioso.

Tem como Indicadores Fixos:

- nº de dias letivos: 100
- nº de dias semanais: 05
- nº de semanas letivas: 20
- duração do recreio: 15 min
- período aula: 50 minutos
- Início das aulas: 18h20
- Término das aulas: 22h
- horário de planejamento: 18h as 18h40

* As atividades de Educação Ambiental, Programas de Saúde serão abordados nas diversas áreas do conhecimento, conforme prevista nos Temas Transversais, quais sejam: Ética, Sexualidade, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho e Consumo e

⁵ FONAPER, 1997, p. 34.

Pluralidade Cultural.

* Educação Ambiental será integrada a Ciências e Programas de Saúde. Nos planos de Ensino de História e Geografia estarão incluídos os conteúdos relacionados com o objetivo de formação da cidadania e conhecimento da realidade brasileira.

Organização Administrativa

Em relação aos aspectos administrativos, em conformidade com o Regimento Municipal, a Gestão e Direção do Estabelecimento serão exercidas por um diretor (a) e auxiliares diretos, entre eles Pedagogos e Coordenadores. E ainda, por membros designados ou propostos pela Prefeitura Municipal de Vila Velha e, por educadores qualificados, devidamente habilitados, designados na forma prevista em Lei.

Observa-se que o Estabelecimento tem uma proposta descentralizada, que visa manter um equilíbrio entre os diversos setores que o compõe, criando uma infraestrutura adequada ao seu bom funcionamento. Integram os serviços auxiliares da administração: Coordenação, Supervisão Escolar, Secretaria, Professores e os serviços gerais como Cozinha e Auxiliares de limpeza.

O Conselho Escolar será constituído pelo Diretor, por Professores, Pais, Alunos e Representantes da Comunidade eleitos e empossados e tem por finalidade promover o intercâmbio entre todos os elementos da Comunidade Educativa e fazer o planejamento global das atividades.

Organização Didática

O Estabelecimento tem como proposta pedagógica nos princípios da LDB, PCN's e orientações oriundas da SEMECE.

- Uma educação contextualizada e problematizada, baseada na realidade social vivenciada pelos educandos;
- Voltada para a realidade e partindo dessa como base para a construção do saber;
- Busca a liberdade de pensamento, propiciando a descoberta de novos rumos onde os valores são considerados e não determinados.

Mesmo com os PCNs do Ensino Religioso, que veio subsidiar a elaboração

do currículo da disciplina em questão, os professores priorizam os “valores”, por ser mais fácil a contextualização e por ter mais receptividade de todos independentemente das praticas culturais religiosas da comunidade escolar e, muitas vezes, essa sugestão vem da equipe pedagógica da escola.

2.5 A Resolução nº 18/07 que Ampara o Ensino Religioso no Município de Vila Velha

A Resolução nº 18/07, dispõe sobre o Ensino Religioso no Sistema Municipal de Ensino de Vila Velha. A Presidente do Conselho Municipal de Educação de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem da LDB N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 33, com redação dada pela Lei N.º 9.475, de 22 de julho de 1997 e no art. 175 da Constituição do Estado do Espírito Santo. Resolve:

Art 1º O Ensino Religioso, parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina optativa para o aluno e de oferta obrigatória, no currículo de Ensino Fundamental nos horários de aulas normais, das escolas de Educação Básica da rede pública do Sistema Municipal de Ensino, assegurado o respeito à diversidade cultural - religiosas vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Art. 2º O Ensino Religioso, com ênfase no conhecimento, comportamento e valores humanos, visa a orientar o aluno na compreensão do fenômeno ético-religioso, presente nas diversas culturas e sistematizado por todas as tradições religiosas.

§ 1º O aluno, se maior, ou pelos pais ou seu responsável, quando menor, deverá efetivar anualmente sua opção para as aulas de Ensino Religioso por meio de declaração, no ato da matrícula e registro em sua ficha individual.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer para aqueles alunos que não optarem pelo Ensino Religioso, outros conteúdos e atividades de formação geral, nos mesmos horários de aulas, de modo que todos, sem exceção, cumpram, satisfatoriamente, sua carga horária anual mínima prevista na Legislação vigente.

Art 3º O Ensino Religioso oferecido em todas as séries do Ensino Fundamental Regular, constará da Proposta Curricular da Escola com a carga horária de uma aula semanal.

Art 4º Caberá ao Conselho de Ensino Religioso do Estado do Espírito Santo.(CONERES), nos termos da Lei 9.475, de 22 de julho de 1997 e, do Decreto N.º 1736-R, de 26 de setembro de 2006, elaborar os princípios norteadores do Ensino Religioso para as escolas públicas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Vila Velha e definir os conteúdos programáticos integrantes da proposta pedagógica.

§ 1º - A partir dos princípios norteadores, as escolas incluirão o Ensino Religioso em sua proposta pedagógica, executando-a num processo, participativo, de acordo com a realidade da comunidade escolar, observadas as normas comuns em nível nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, além de outras normas pertinentes.

§ 2º - A avaliação do aluno, voltada para o Ensino Religioso, como processo e parte integrante da Proposta Pedagógica, não será considerada para fins de promoção por série, período, etapa, ciclo ou equivalente.

Art 5º O Ensino Religioso será ministrado por professores, que atendam, pelo menos, a um dos seguintes requisitos:

I - Licenciatura Plena específica de formação para o Ensino Religioso;
II- Licenciatura em qualquer área do conhecimento acrescida de curso de Pós-Graduação lato sensu de 360h, no mínimo, em Ensino Religioso ou Ciências da Religião nos termos da Proposta Pedagógica;

III - Licenciatura Plena ou Curta, em qualquer área do conhecimento, acrescida de formação em Ensino Religioso com 300h, no mínimo, oferecidas por Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo MEC ou habilitação em curso de formação emergencial, com 300h, no mínimo, em Ensino Religioso aprovado em conformidade com o CONERES;

IV - Concludentes de Curso Médio na modalidade Normal, acrescido de curso de formação específica de Ensino Religioso de, no mínimo, 360h. Aprovado pelo CONERES, para aulas nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Art 6º Compete ao CONERES, para os fins dispostos nesta resolução, avaliar, orientar e acompanhar os cursos de formação dos professores de Ensino Religioso, podendo também planejar e executar programas emergenciais de capacitação no âmbito de sua competência, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, visando a suprir a oferta de vagas para o quadro de magistério específico, em conformidade com a legislação e normas do sistema educacional, vigentes.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos pelo Conselho Municipal de Educação do Município de Vila Velha.

Aprovada em Sessão Plenária do dia 08 de março de 2007. Vila Velha/ES, 20 de março de 2007. Anna Bernardes da Silveira Rocha - Presidente do CME.

Homologado em 17/03/2007. Roberto A. Beling Neto - Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

2.6 Avaliação do Ensino Religioso no Município de Vila Velha

A concepção de avaliação dos Parâmetros Curriculares Nacionais vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional.⁶

A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou fracassos, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada. Portanto, a avaliação das aprendizagens só pode acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar⁷.

É fundamental a utilização de diferentes códigos, como o verbal, o oral, o escrito, o gráfico, o numérico, o pictórico, de forma a se considerar as diferentes aptidões dos alunos. Por exemplo, muitas vezes o aluno não domina a escrita suficientemente para expor um raciocínio mais complexo sobre como compreende um fato histórico, mas pode fazê-lo perfeitamente bem em uma situação de intercâmbio oral, como em diálogos, entrevistas ou debates. Considerando essas preocupações, o professor pode realizar a avaliação por meio de:

- observação sistemática: acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando alguns instrumentos, como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe e outros;
- análise das produções dos alunos: considerar a variedade de produções realizadas pelos alunos, para que se possa ter um quadro real das aprendizagens conquistadas. Por exemplo: se a avaliação se dá sobre a competência dos alunos na produção de textos, deve-se

⁶ BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.p.126

⁷ BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental, 1997,p.127

considerar a totalidade dessa produção, que envolve desde os primeiros registros escritos, no caderno de lição, até os registros das atividades de outras áreas e das atividades realizadas especificamente para esse aprendizado, além do texto produzido pelo aluno para os fins específicos desta avaliação; • atividades específicas para a avaliação: nestas, os alunos devem ter objetividade ao expor sobre um tema, ao responder um questionário. Para isso é importante, em primeiro lugar, garantir que sejam semelhantes às situações de aprendizagem comumente estruturadas em sala de aula, isto é, que não se diferenciem, em sua estrutura, das atividades que já foram realizadas; em segundo lugar, deixar claro para os alunos o que se pretende avaliar, pois, inevitavelmente, os alunos estarão mais atentos a esses aspectos⁸.

Quanto mais os alunos tenham clareza dos conteúdos e do grau de expectativa da aprendizagem que se espera, mais terão condições de desenvolver, com a ajuda do professor, estratégias pessoais e recursos para vencer dificuldades. A avaliação, apesar de ser responsabilidade do professor, não deve ser considerada função exclusiva dele. Delegá-la aos alunos, em determinados momentos, é uma condição didática necessária para que construam instrumentos de autorregulação para as diferentes aprendizagens.

O Ensino Religioso, sendo área do conhecimento, é diferente de “aula de religião”, ou catequese, ou da escola bíblica, ou ainda de qualquer modelo de doutrinação, não pressupõe a adesão e muito menos o proselitismo ou a propagação de uma determinada crença religiosa. Sua especificidade é a decodificação ou análise das manifestações do sagrado, possibilitando ao educando, o conhecimento e a compreensão do fenômeno religioso como fato cultural e social, bem como, uma visão global de mundo e de pessoa, promovendo assim, o respeito às diferenças no convívio social, portanto:

Aprendendo a conviver com diferentes tradições religiosas, vivenciando a própria cultura e respeitando as diversas formas de expressão cultural, o educando está também se abrindo para o conhecimento. Não se pode entender o que não se conhece. Assim, o conceito de conhecimento do Ensino Religioso, de acordo com as teorias contemporâneas, aproxima-se cada vez mais da ideia de que conhecer é construir significados⁹

Na educação e especialmente no ensino religioso, a avaliação tem um sentido amplo: além de “alimentar”, sustentar e orientar a intervenção pedagógica como

⁸ BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental, 1997, 126p.128

⁹ FONAPER, 1997, p. 39

parte integrante e intrínseca ao processo educativo envolve outros aspectos: sociabilidade, afetividade, postura, compromisso, integração, participação na expectativa da aprendizagem do aluno e de sua transformação. No caso do Ensino Religioso se observa nas atitudes de reverência para com o transcendente do outro, de respeito à alteridade e ao direito do outro de ser diferente, o desenvolvimento da capacidade de tolerância, assumindo a identidade pessoal com segurança e liberdade.

A avaliação faz parte do processo metodológico, portanto, um elemento integrador no qual interagem aluno e professor. Seus critérios estão vinculados à organização curricular, entre outras funções no processo ensino/aprendizagem, permitem ao professor conhecer o progresso do aluno e reelaborar a sua prática pedagógica quando necessário. O seu registro poderá ser efetivado por meio de tabelas, gráficos, listas, análise das produções, atividades da autoavaliação escrita ou oral na qual o aluno verifica o seu progresso na aprendizagem. Esse mapeamento de resultados informa se o aluno atingiu os objetivos e onde deve investir mais esforços para superar as dificuldades na aprendizagem¹⁰.

Em se tratando do Ensino Religioso, a avaliação do processo estará dividida em dois momentos. Em um primeiro instante ocorrerá à avaliação informal ao final de cada aula, quando serão verificados os anseios, dificuldades e sugestões por parte dos alunos.

Em um segundo instante será realizada uma avaliação trimestral do conteúdo trabalhado pelo professor, que será somada com trabalhos individuais ou em grupos realizados pelos alunos no intuito de apurar a nota final total do trimestre que será 30 ou 40 pontos.

Portanto, a avaliação no Ensino Religioso é uma ação contínua no sentido de permitir aos professores as mais diversas tomadas de decisão para com o processo de ensino – aprendizagem, pois é importante que as ações visem socializar os conhecimentos produzidos, as experiências compartilhadas e as descobertas realizadas.

A abordagem avaliativa no contexto escolar remete à concepção de ensino

¹⁰ ASSINTEC. Sugestão de proposta pedagógica para o ensino religioso. Curitiba/PR, 2005. Disponível em <http://www.gper.com.br/noticias/750de743fa3d10f68de2a83f02ccc6cf.pdf>. Acesso em 2 de novembro de 2013

aprendizagem construída na formação acadêmica e pedagógica de cada educador. Essa concepção interfere e influencia no fazer pedagógico e no cotidiano escolar. O ponto de partida para conceber a avaliação no ensino está nos questionamentos que são elaborados frente à avaliação que se pretende implantar para a formação básica do cidadão (HOLANDA, 2013)¹¹.

Nesta ótica, a avaliação é condição para análise do educador e do educando, provocando reflexões sobre as práticas e processos de aprendizagem, não podendo ser compreendida como um ato meramente de aprovação e reprovação.

Neste contexto, o ensino religioso como área de conhecimento e componente da matriz curricular integrante da Base Nacional Comum do Ensino Fundamental também inclui no desenvolvimento do cotidiano escolar a avaliação, num conjunto de ações que tem a função de aprofundar os conhecimentos, propondo questionamentos para informar, esclarecer, opinar, discernir, participar e decidir orientando os educandos (as) para o exercício da cidadania¹².

Logo, a definição dos planos com seus objetivos, conteúdos e prática didática são elementos essenciais para dar sentido ao processo avaliativo no ensino religioso. Na pedagogia desses procedimentos incluem-se os princípios éticos, estéticos e políticos para a construção do pensamento crítico, criativo e sensível, de modo que cada educando construa sua identidade e autonomia. Só há avaliação quando ocorre o ensino, pois esta é parâmetro da aprendizagem dos educandos¹³.

No Parâmetro Curricular Nacional para o Ensino Religioso apresentam-se elementos que norteiam a prática avaliativa, classificando-a em avaliação inicial, processual, formativa e final. Em cada eixo temático, Culturas e Tradições Religiosas, Textos e Livros Sagrados, Teologias, Ritos e Ethos, há uma caracterização didática com encaminhamentos para avaliação da aprendizagem conforme blocos de conteúdos trabalhados nesses eixos e explicitados como resultado da avaliação a fim de que cada educando e educanda possam:

- crescer no respeito às diferenças do outro, chegando a ser motivo de reverência;

¹¹ HOLANDA, Ângela. **Existe alguma avaliação no Ensino religioso? Como acontece?** Maceió/AL). Disponível em <http://www.gper.com.br/?sec=art7>. Acesso em 3 de novembro de 2013

¹² HOLANDA, 2013, p. 02

¹³ HOLANDA, 2013, p. 03

- estabelecer o diálogo, convivendo de forma pacífica, aprofundando as razões históricas da sua própria tradição religiosa;
- construir seu entendimento sobre o fenômeno religioso;
- entender o sentido da vida a partir das respostas elaboradas pelas tradições religiosas, desenvolvendo o diálogo com segurança e sem proselitismo¹⁴.

A avaliação nestes termos decorre da postura do (a) educador (a) em relação ao (a) educando (a) e dos instrumentos utilizados durante o desenvolvimento das aulas para obtenção da aprendizagem destes.

Por fim, em relação ao município de Vila Velha a avaliação no Ensino Fundamental ocorre através de trabalhos escritos, individuais e em grupo, provas escritas e pesquisas que serão somadas através de pontuação numérica. Por sua vez, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, no 1º e 2º ano a avaliação se dá através de Ficha Descritiva, onde é feito um relatório individual de cada aluno. Nos demais anos, segue a mesma forma das Séries Finais.

¹⁴ BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 126p.

3. FORMAS DE HABILITAÇÃO E ADMISSÃO DOS PROFESSORES

A abordagem deste tópico diz respeito às formas de habilitação e admissão de professores no município para o exercício do magistério. Assim, pode-se afirmar que ocorrem de duas formas: através de Concurso Público e através de Designação Temporária - DT.

Designação Temporária - DT.

PROFESSOR B – PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO. ATRIBUIÇÕES
Conforme Lei Nº. 4.670 de 03 de julho de 2008

PRÉ-REQUISITOS. Formação profissional obtida em curso superior completo de Licenciatura Plena que habilite ao Ensino Religioso; Licenciatura em qualquer área do conhecimento acrescida de curso Pós-Graduação *latu sensu* de 360h no mínimo em Ensino Religioso ou Ciências da Religião nos termos da Proposta Pedagógica; Licenciatura Plena ou curta em qualquer área de conhecimento, acrescida de formação em Ensino Religioso com 300h no mínimo, oferecidas por instituições de Ensino Superior, reconhecidas pelo MEC ou habilitação em curso de formação emergencial, com 150h no mínimo, em ensino Religioso aprovado em conformidade com o CONERES.

Concurso Público Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL SEMECE/PMVV

Nº 001/2006 - MAGISTÉRIO

O Município de Vila Velha, através da Secretaria Municipal de Administração -

SEMAD e Secretaria de Educação, Cultura e Esportes - SEMECE sediadas em Vila Velha, Espírito Santo, e com a interveniência da Fundação Ceciliano Abel de Almeida - FCAA, faz saber que será realizado, nos termos da Lei N.º 3.964/02 e demais legislações vigentes, o CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS (Concurso SEMECE/PMVV) destinado ao provimento efetivo de vagas existentes ou que venham a ser criados no QUADRO DE PESSOAL da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - SEMECE, conforme constante a seguir:

DOS CARGOS OBJETO DO CONCURSO PÚBLICO

O Quadro I abaixo apresenta os cargos objeto do Concurso SEMECE/PMVV e especifica os requisitos exigidos, o número de vagas, a carga horária semanal de trabalho, o turno de realização das provas e as matérias das provas.

O vencimento do cargo de Professor a ser nomeado nos termos deste Edital corresponderá ao nível/classe inicial do cargo para o qual estiver inscrito.

O vencimento a que se refere o item 1.2. será fixado com base na habilitação possuída pelo candidato no ato da nomeação, conforme estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração do Magistério Público de Vila Velha, de acordo com a Lei Nº 3.964/02.

Quadro I - DESCRIÇÃO DOS CARGOS DO CONCURSO SEMECE/PMVV

Professor II - Ensino Religioso (Classes de 5ª a 8ª Séries)	05	Licenciatura Plena na área específica do cargo pretendido (Ciências da Religião com habilitação em Ensino Religioso) OU Licenciatura Plena em qualquer área e um curso do Coneres / Cieres / Sedu com carga horária igual a ou maior que 170 horas	25 horas
--	----	--	-------------

3.1 Formação do Professor de Ensino Religioso

Desde a década de 1970, percebem-se tentativas de estabelecer a profissionalização desta área do conhecimento por meio da formação específica do professor para atuar no Ensino Religioso. Mas a partir da segunda metade dos anos noventa o cenário foi alterado com a elaboração final da Lei de Diretrizes que culminou com a sua homologação, a organização do FONAPER, a alteração do Artigo 33 da LDBEN 9394/96¹⁵, a busca de uma disciplina que assumisse o perfil da escola implementou a discussão da profissionalização docente.

Para compreender essa implantação é importante rever o percurso construído a partir de 1995, conforme relatado em documentos do FONAPER

- discussões, estudos e reflexões nacionais envolvendo as questões pertinentes à formação de professores (MEC, CNE, ANPED, ENDIPE, FONAPER entre outros);
- organização do histórico de estudos e reflexões envolvendo a formação de professores para o Ensino Religioso como área de conhecimento, coordenada pelo FONAPER;
- seminários nacionais para capacitação de docentes para o Ensino Religioso como área de conhecimento nas IES promovidos pela Comissão de Formação Docente do FONAPER;
- construção da proposta para as Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores na área do Ensino Religioso encaminhadas ao MEC aos quinze de junho de 1998;
- acompanhamento pelo FONAPER dos Projetos de Curso de Licenciatura de Graduação Plena em Ensino Religioso (autorizados e/ou reconhecidos) oriundos dos diferentes Estados da Federação; Pesquisa sobre o Ensino Religioso, desenvolvida pelo FONAPER em Estados brasileiros no ano de 2001 e 2002;
- reuniões nacionais das Universidades Brasileiras envolvidas com a formação continuada de professores de Ensino Religioso e particularmente com as Licenciaturas de Graduação Plena em Ensino Religioso com o FONAPER;

¹⁵ BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 129p.

- reunião com o Presidente em Exercício do Conselho Nacional de Educação, Prof. Francisco Aparecido Cordão em abril de 2004 na cidade de São Paulo;
- elaboração de um Dossiê sobre a formação de Professores no Brasil em 2004 encaminhado para Conselho Nacional de Educação;
- discussão de uma nova versão para as Diretrizes de Formação de Professores para o Ensino Religioso iniciado em 2008 no X Seminário Nacional de Formação de Professores realizado na Universidade Católica de Brasília, rediscussão do texto em 2009 no V Congresso Nacional de Ensino Religioso com o tema —Docência em formação e ensino religioso: contextos e práticasII na Pontifícia Universidade Católica de Goiânia (texto encaminhado ao Conselho Nacional de Educação).

Assim, todo esse percurso ocorreu a partir da demanda de profissionais habilitados para ministrar o Ensino Religioso e despontou iniciativas de criação de cursos de licenciatura, de graduação plena, em diferentes Estados da Federação. Santa Catarina foi o primeiro a elaborar e autorizar, em 1996, o Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso, seguido, no decorrer dos anos, por outros Estados, a saber: Pará, Maranhão, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

Nesses Estados, pela primeira vez na história brasileira, a formação de docentes para o Ensino Religioso trilharia os mesmos passos e seguiria os mesmos trâmites previstos para a formação de profissionais das demais áreas de conhecimento, assegurando aos seus egressos o acesso à carreira do Magistério e disponibilizando à sociedade brasileira, por meio do estudo do fenômeno religioso na diversidade cultural, o pleno desenvolvimento de seus educandos. Atualmente, o envolvimento de Universidades, Secretarias de Educação, FONAPER, grupos educacionais civis e religiosos comprometidos com uma educação de qualidade, não se limita às questões da formação inicial de docentes para o Ensino Religioso, mas as têm ampliado e complementado com propostas e ações na perspectiva de formação continuada, bem como por meio do desenvolvimento de pesquisas nesta área do conhecimento.

Retomando a experiência de Santa Catarina sobre a profissionalização docente, é importante fazer memória de sua história iniciada com a portaria 37/96

emitida pelo reitor da FURB, datada de 22 de março de 1996, designou a — Comissão Especial de Estudos, destinada à montagem do projeto de viabilidade do Curso de Ciências Religiosas, nomeada pela portaria 35/96, de 20/03/96II. Estavam dados os primeiros passos para a criação do atual Curso de Ciências da Religião — Licenciatura Plena em Ensino Religioso no Estado de Santa Catarina.

A identidade dos docentes é marcada por múltiplos fatores que se integram ao processo de formação de professores e à construção da profissão docente. Para possibilitar a criação de um espaço educativo que será o lugar de construção dos saberes é preciso refletir pedagogicamente sobre um homem dotado de razão, afetividade, inteligência, corpo e desejo, conforme Rodrigues

O desafio, portanto, está numa formação de professores de Ensino Religioso pautada nos diversos aspectos da condição humana e de suas potencialidades e que considere dialeticamente a realização pessoal do sujeito e de seu contexto social. Uma formação construída, avaliada e reconstruída para articular no espaço escolar o processo de educação que promova o reencontro da razão com a vida, e que considere as necessidades vitais, as aspirações e os conhecimentos de todos os sujeitos envolvidos nesse processo de educação¹⁶

Assim, destaca-se a necessidade uma leitura crítica das realidades sociais para se buscar os referenciais para a organização e redirecionamento da formação do profissional da educação.

A formação de docentes para o Ensino Religioso assumiu os mesmos passos e os trâmites previstos em legislação para a formação de profissionais das demais áreas de conhecimento, assegurando aos seus egressos os direitos concernentes aos profissionais da educação e disponibilizando à sociedade brasileira uma formação para a cidadania que integra o estudo do fenômeno religioso na pluralidade cultural, buscando o pleno desenvolvimento de seus educandos. O envolvimento de Universidades, Secretarias de Educação, do FONAPER, de Grupos

¹⁶ RODRIGUES, E. F. **Em riscos e rabiscos; concepções de Ensino Religioso dos docentes do Ensino Fundamental do Estado do Paraná — possibilidades para uma formação de professores**. Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, Paraná, 2008. Orientador: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério de Azevedo

Educacionais e Religiosos comprometidos com uma educação de efetiva participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, não tem se limitado às questões relativas à formação inicial de professores para o Ensino Religioso, mas se ampliam e completam com propostas e ações de formação continuada e com pesquisas para esta área do conhecimento.

A alteração na concepção do componente curricular interferiu na reorganização dos cursos de capacitação docente, por orientar este profissional como integrante do sistema escolar e por torná-lo portador de conhecimentos e habilidades apropriadas para a realização dos objetivos dele, aponta para a necessidade de uma formação específica, em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena.

Essa habilitação se estrutura em dois pressupostos: um epistemológico, cuja base é o conjunto de saberes das Ciências da Religião, e outro pedagógico, constituído por conhecimentos necessários à educação para a cidadania.

Foi por esse motivo que gradativamente a identidade dos cursos assumiu o de Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso, objetivando atender e cumprir a responsabilidade social que tal ensino demanda, evitando o proselitismo, a doutrinação e garantindo a democracia e reconhecimento da diversidade cultural.

Esses cursos não estão vinculados a uma religião ou religiões ou a uma Teologia, mas às Ciências da Religião, enquanto aporte teórico que lhes oferecem possibilidade de investigação das diversas manifestações do fenômeno religioso na história e nas sociedades, ao mesmo tempo em que é regido por princípios e fundamentos da Ciência da Educação, enquanto área de conhecimento, levando em conta todas as áreas, subáreas e especialidades.

O Ensino Religioso, na perspectiva e princípios de uma educação para a cidadania plena, sustentada em pressupostos educacionais e não sobre argumentações religiosas, ainda que essas sejam legítimas e importantes para o ser humano, a partir das diferentes áreas de conhecimento, integradas às Ciências da Religião, contribui na definição dos conteúdos específicos, considerando que a interlocução entre elas é fundamental para a construção e articulação da disciplinaridade e interdisciplinaridade.

Para tal, o Ensino Religioso tem necessidade de observar os aspectos das Ciências da Religião, pois objetiva compreender o fenômeno religioso em todas as situações da existência humana. Em 1997, 04 de setembro, o FONAPER¹⁷ divulgou as seguintes normas para habilitação e admissão de professores para esta área:

1. Fazer parte do quadro permanente do magistério federal/estadual ou municipal
2. Ser portador de diploma de licenciatura em Ensino Religioso. Caso não existam profissionais devidamente licenciados, o sistema de ensino poderá preencher os cargos de professores com profissionais.
* Portadores de diploma de especialista em Ensino religioso (mínimo de 360 h/a), desde que seja portador de diploma de outra licenciatura.
* Bacharéis na área da religiosidade, com complementação exigida no DEC, desde que tenha cursado disciplina na área temática de Teologia Comparada, no total de 120 h/aula.
3. Demonstrar capacidade de atender a pluralidade cultural e religiosa brasileira, sem proselitismo.
4. Comprometer-se com os princípios básicos de convivência social e cidadania, vivenciando a ética própria aos profissionais da educação.
5. Apresentar domínio dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (...).

Dessa forma, as Ciências da Religião, ao se constituírem como uma das bases epistemológicas para o Ensino Religioso, contribuíram para a compreensão do humano, aberto à transcendência e histórico-culturalmente situado dentro de referências religiosas, influenciadas por elas de múltiplas maneiras e, muitas vezes, agindo a partir delas.

Nesse sentido, o estudo do fenômeno religioso num Estado laico, a partir de pressupostos científicos, visa à formação de cidadãos críticos e responsáveis, capazes de discernir a dinâmica dos fenômenos religiosos, que perpassam a vida em âmbito pessoal, local e mundial.

É o pressuposto pedagógico que sustenta a proposta do Ensino Religioso na escola, com as diferentes crenças, grupos e tradições religiosas e/ou ausência deles. Esses são aspectos da realidade que não devem ser meramente classificados como negativos ou positivos, mas sim como dados antropológicos e socioculturais capazes de fundamentar e interpretar as ações humanas.

A formação específica em nível superior, em cursos de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso, integra os pressupostos das

¹⁷ FONAPER, 1997, p. 38

Ciências da Religião e da área da Educação, a fim de que o licenciado possa trabalhar pedagogicamente numa perspectiva plurirreligiosa enfocando o fenômeno religioso como construção sócio-histórico-cultural.

Justifica-se dessa forma, a emissão de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências da Religião-Licenciatura em Ensino Religioso, para qualificar futuros educadores com competência para interagirem nos processos educacionais de forma interdisciplinar, com habilidades exigidas pela complexidade sociocultural da questão religiosa e pelas especificidades pedagógicas deste componente curricular.

3.2 Propostas de Formação

Foram identificadas propostas de formação nas cinco regiões do país, além daqueles cursos cuja análise não foi possível por informações incompletas. Desta forma organizamos os cursos a partir dos seguintes modelos:

- 1) Ensino Religioso, Educação Religiosa, Cultura Religiosa;
- 2) Ciências das Religiões, Ciências da Religião, Ciência da Religião;
- 3) Teologia.

3.3 Ensino Religioso, Educação Religiosa, Cultura Religiosa

Os cursos retomam as origens já discutidas de uma área autônoma, que possui sua origem e desenvolvimento no modelo de Ensino Religioso como fenomenológico, apresentado pelo Parâmetro Curricular, propondo que o estudo deste componente curricular é o Fenômeno Religioso assumindo como compreensão da conceituação de Religião (lat.) — RELIGIOII como (lat.) — RELEGEREII (port.) — RELERII, organizado por Cícero. Compreende que muitas

vezes é por meio da religião que o homem se define no mundo e para com seus semelhantes.

É a religião que empresta um sentido e constitui para seus fiéis uma fonte real de informações. Ela funciona como um modelo para o mundo, pois para os crentes a religião orienta as ações e apresenta explicações a questões vitais como: De onde vim? Para onde vou?

Qual o sentido da existência? É a religião que fornece respostas também às três ameaças que pesam sobre toda a vida humana: o sofrimento, a ignorância e a injustiça. Pois, a religião pode ser considerada como um comportamento instintivo, característico do homem, cujas manifestações são observadas através dos tempos, em todas as diversas culturas, a partir da busca da compreensão de si mesmo e do mundo, da consideração em relação aos fatos inconsoláveis e desconhecidos¹⁸.

O ser humano, nos mais diversos cantos do planeta, estruturou a religião e conseqüentemente indicou significados ao seu caminhar e estabeleceu histórias, ritos e outras formas para retomar o que estaria rompido.

A referência das religiões ao sagrado apresenta uma impressionante variedade de concretizações e mediações. Não existe nenhum acontecimento natural ou vital que não tenha sido sacralizado por alguma cultura. A experiência, o fato, o fenômeno ou o objeto pode ser hierofânico, isto é, revelador do divino para os seres humanos em sua busca de transcendência.

Portanto, o mistério não pode ser explicado, mas apenas tangenciado. As religiões e hierofanias o revelam e ocultam a um só tempo.

Dessa forma, os símbolos religiosos são mediações que nunca conduzem plenamente ao TODO, apenas o sinalizam. Podemos dizer que a maneira como as religiões olham para o sagrado e dela se avizinham é atravessada, assim, por uma ambigüidade intrínseca pela experiência religiosa.

Compreende-se que Ensino Religioso poderá despertar o aluno para os aspectos transcendentais da existência como: a busca do sentido radical da vida, a

¹⁸ Teocomunicação, v. 40, n. 2, p. 173-191, 2010

descoberta de seu compromisso com o social e a conscientização de ser parte de um todo.

Esse processo de despertar e descobrir, que pode conduzir naturalmente ao encontro pessoal de Deus, é permeado de ações, gestos e palavras, símbolos e valores que só adquirem significação na vivência, na participação e na partilha. Mesmo quando ainda é impossível para o educando compreender conceitos abstratos como a justiça, a fraternidade, o perdão, ele já é capaz de perceber se uma atitude é justa, de acolher um gesto fraterno, de sentir-se perdoado por uma falta¹⁹.

Dentro desse quadro estabelecido, foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais²⁰ o seguinte objetivo para o Ensino Religioso:

- valorizar o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, facilitando a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam subjacente, o processo histórico da humanidade. Por isso necessita:
- propiciar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando;
- subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta devidamente informada;
- analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais;
- facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas;
- refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano;
- possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável.

Diante desses elementos é notório que os objetivos e o objeto proposto são consequência da reflexão, da compreensão e da intenção da disciplina.

Pode-se afirmar, pela experiência e pelos dados apontados, que o Ensino Religioso necessita de profissionais com formação adequada ao desempenho de sua ação educativa, considerando que o conhecimento religioso para estudo do

¹⁹ JUNQUEIRA, 2007, p. 96-98.

²⁰ FONAPER, 1997, p. 46-47.

fenômeno religioso na escola situa-se na complexidade da questão religiosa e na pluralidade brasileira.

O diálogo e a compreensão de outras leituras serão comprometidos, ao menos no que tange a proposta para a transposição didática na educação básica brasileira, explicitada em princípios como liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância, entre outros. Mas especialmente estes que garantem a liberdade da convivência com o diferente.

Ressaltando a valorização e a importância de uma formação para os profissionais da área do Ensino Religioso, no estado do Espírito Santo, existem oito Instituições de Ensino Superior que ministram curso de Pós Graduação Lato sensu em Ensino Religioso e Ciências da Religião que são referendados pelo CONERES. São elas: Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus ES, Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória ES, Sistema de Ensino de Linhares – Linhares – ES, Faculdade de Filosofia de Colatina – Colatina – ES, Fabra – Serra – ES, Faculdade Unida de Vitória – Vitória ES e Instituto de Educação Superior do Espírito Santo – Cariacica - ES

4. PERFIL DOS PROFESSORES DE ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

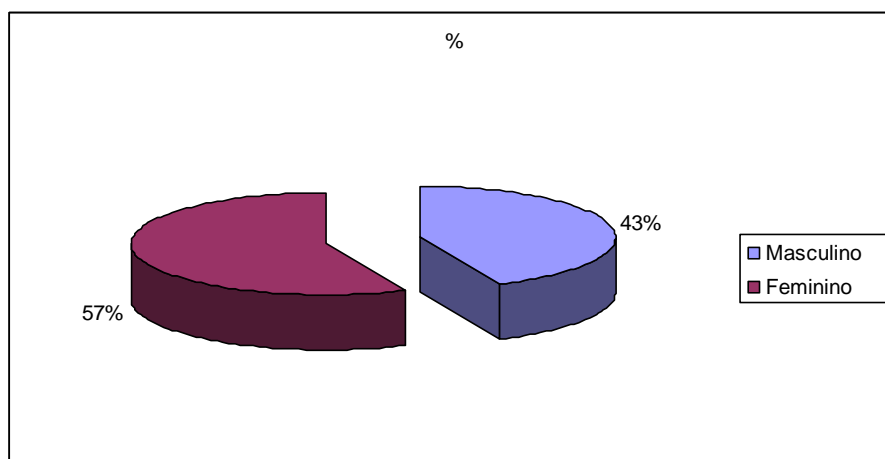
A valorização da disciplina de Ensino Religioso nas escolas está atrelada ao encaminhamento pedagógico que é dado por este professor em sala de aula. A educação no Brasil é compreendida como um direito de todos e dever do Estado e da família em colaboração com a sociedade, caracterizada pela igualdade de condições e o respeito à pluralidade de ideias, valorizando o patrimônio cultural.

A educação nacional está organizada em Básica e Superior. A educação básica, área em estudo, está organizada em Educação Infantil e Ensino Fundamental.

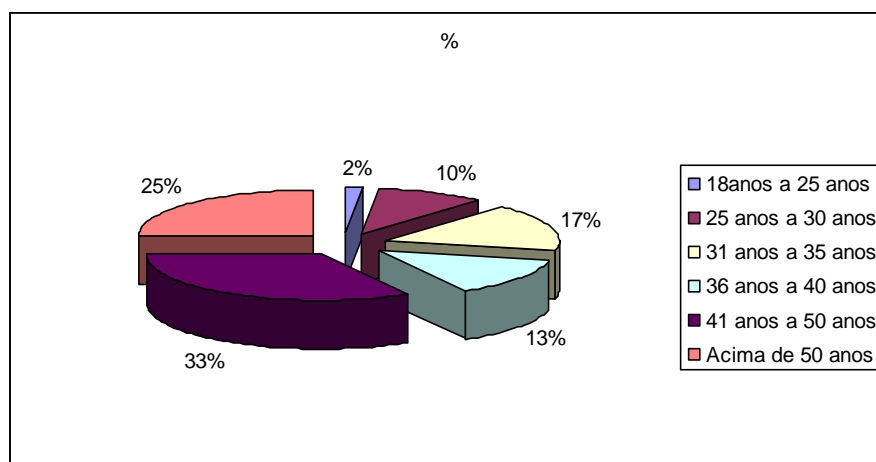
Em ambos os casos, a formação destes professores busca abranger a docência da Educação Infantil aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. É relevante observar que vários destes professores são graduados em outros cursos de licenciatura, como por exemplo, em Letras, Filosofia, Artes e outros.

O professor que atua nesta fase do ensino é, pois, caracterizado como um professor generalista, isto é, que em sua formação sai apto ao trabalho didático com conteúdos relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Arte, Educação Física e Educação Religiosa (ou Ensino Religioso) que foi recentemente incluído como um componente curricular do Ensino Fundamental no município de Vila Velha.

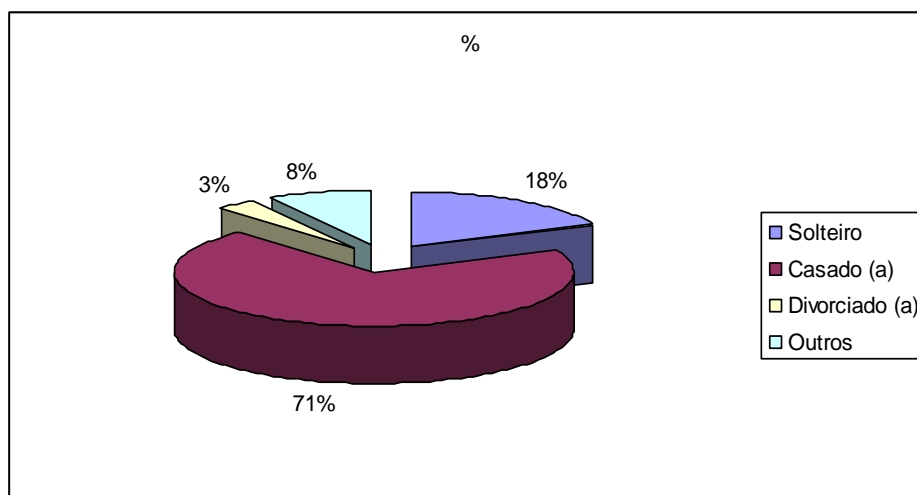
Uma questão importante a se mencionar é o fato de que muitos dos professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental são professores generalistas. É sabido que o professor generalista na formação inicial encontra pouco espaço para que os conteúdos específicos das diferentes áreas do conhecimento sejam trabalhados em profundidade. Por isso mesmo, não é de se esperar que este professor tenha o mesmo domínio do conteúdo que tem um especialista. A seguir será apresentado o Perfil dos Professores de Ensino Religioso da Rede Municipal de Vila Velha.

Gráfico 1- Sexo

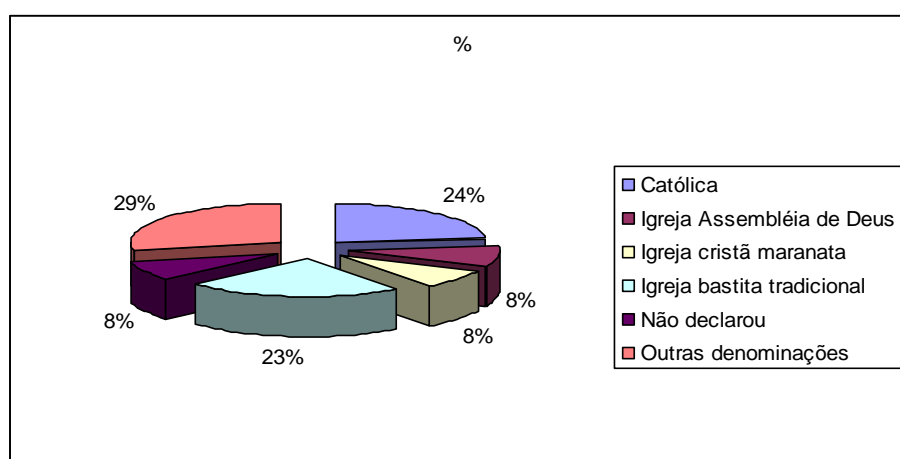
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 2 - Idade

Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

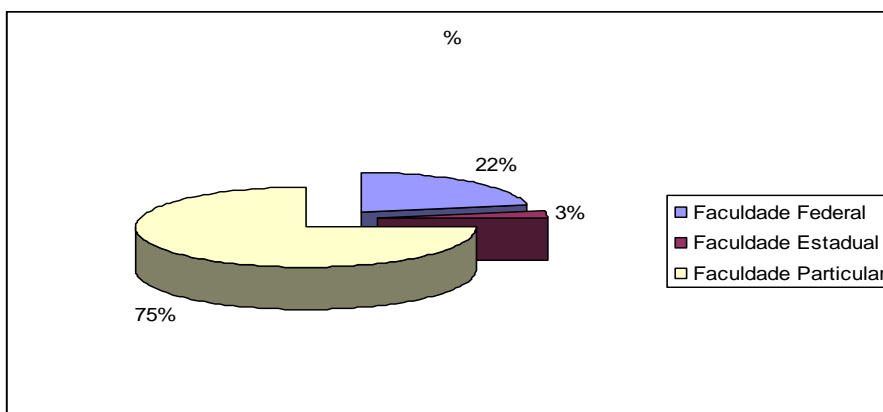
Gráfico 3 - Estado Civil

Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 4 - Denominação Religiosa

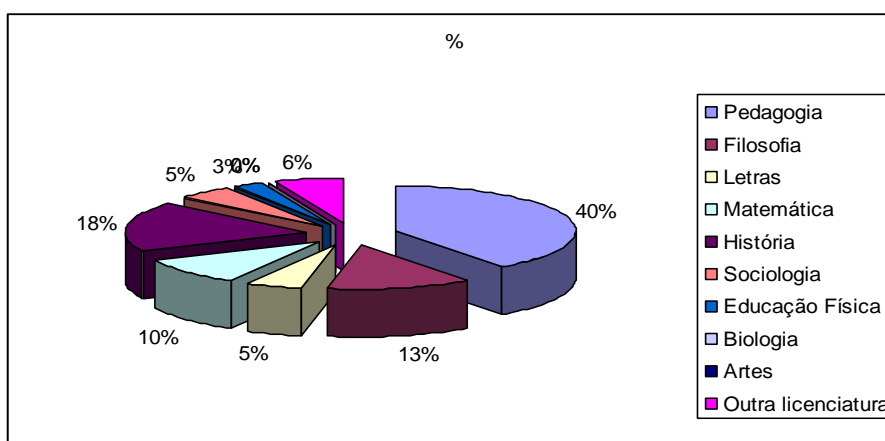
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 5 - Graduação – Licenciatura Plena

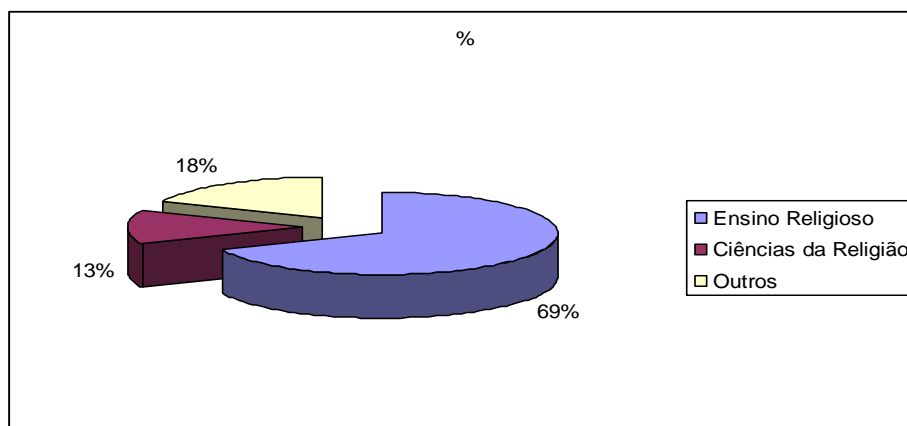


Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

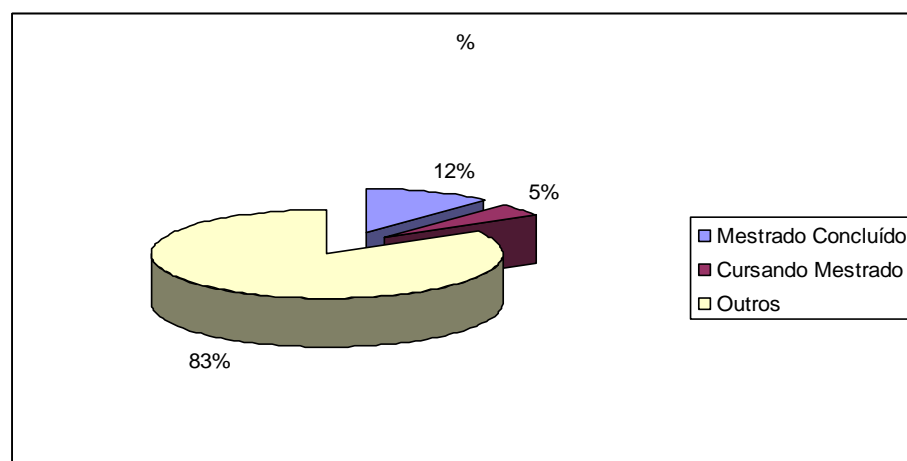
Gráfico 6 - Curso de Graduação



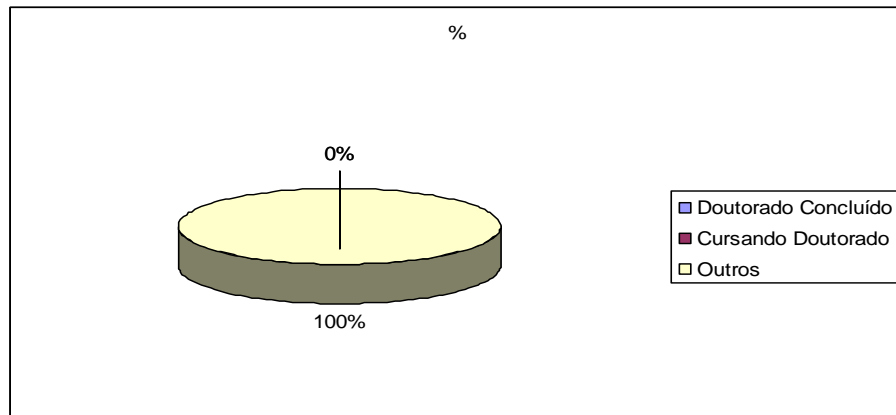
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 7- Curso de Pós Graduação na área do Ensino Religioso

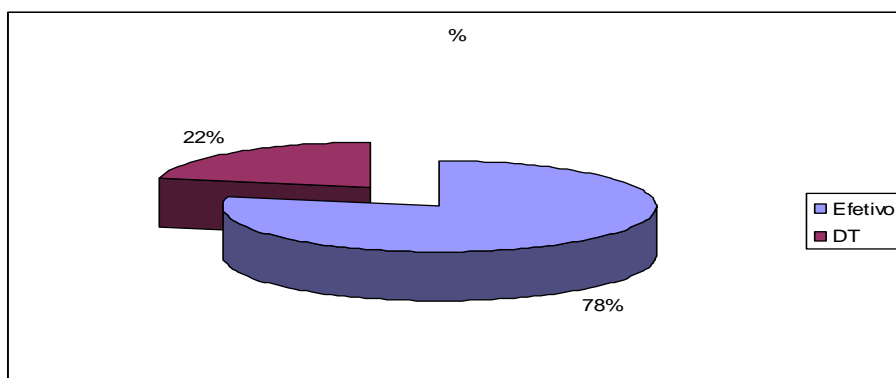
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 8 - Mestrado

Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

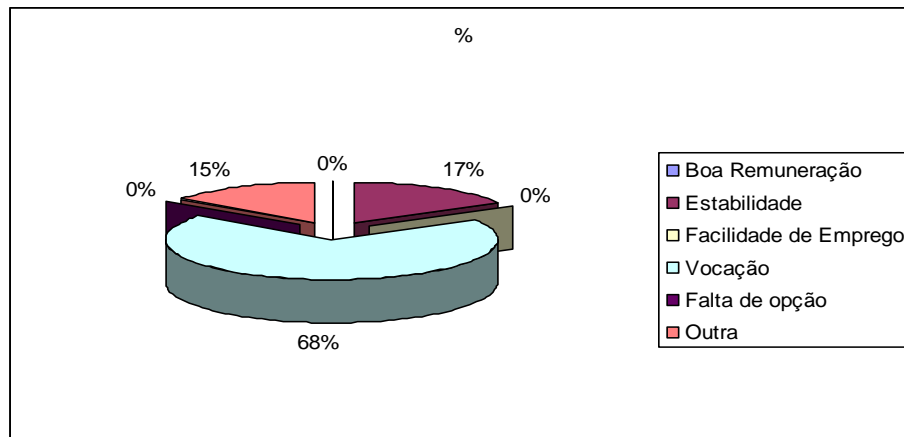
Gráfico 9 – Doutorado

Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 10 - Situação Funcional na Rede Municipal de Vila Velha

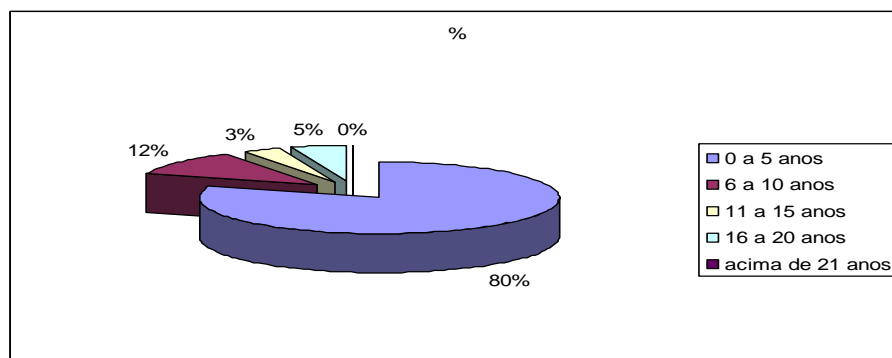
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 11 - Por que você exerce a atividade de professor?



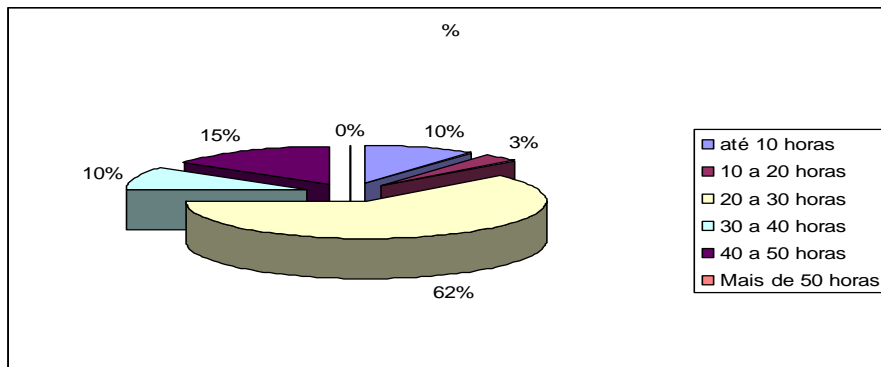
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 12- Tempo de atuação na função na Prefeitura Municipal de Vila Velha



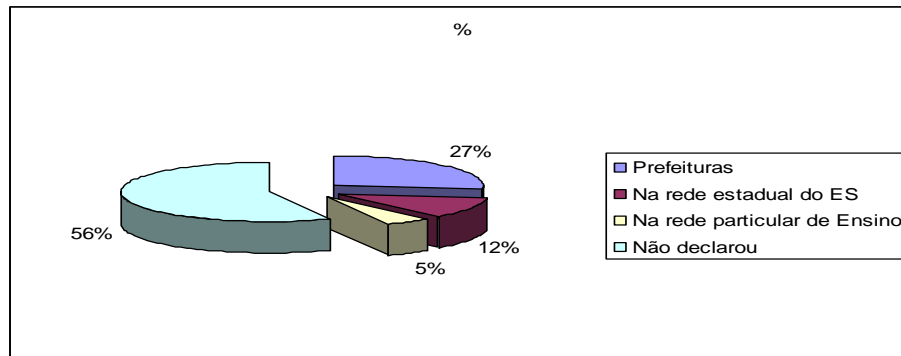
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 13 - Horas semanais de trabalho



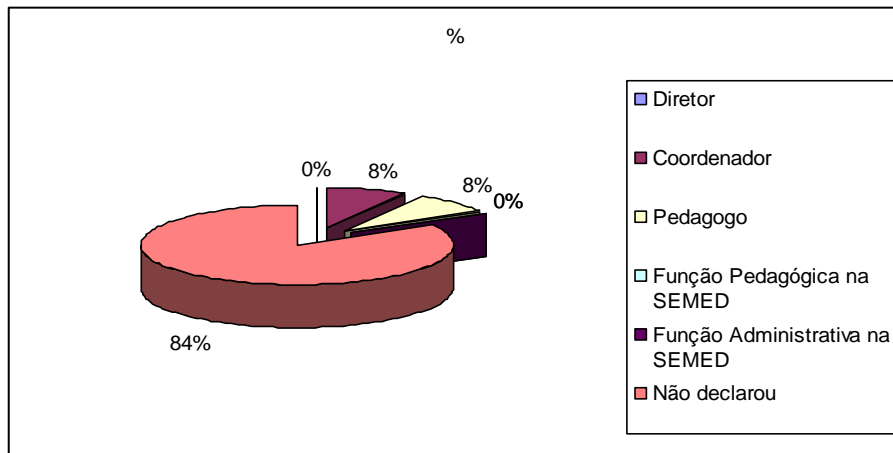
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico14 - Além do Cargo de Professor no Município de Vila Velha, você exerce outro cargo de professor?



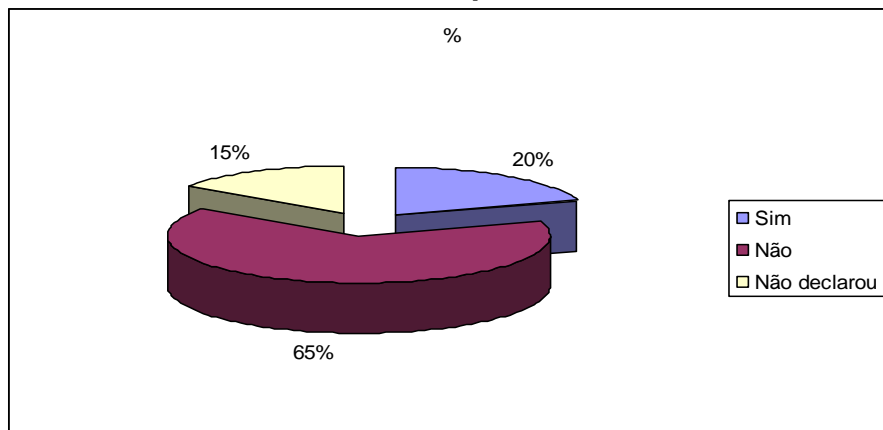
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 15 - Além do Cargo de professor no Município de Vila Velha, você exerce outro cargo na área de educação?



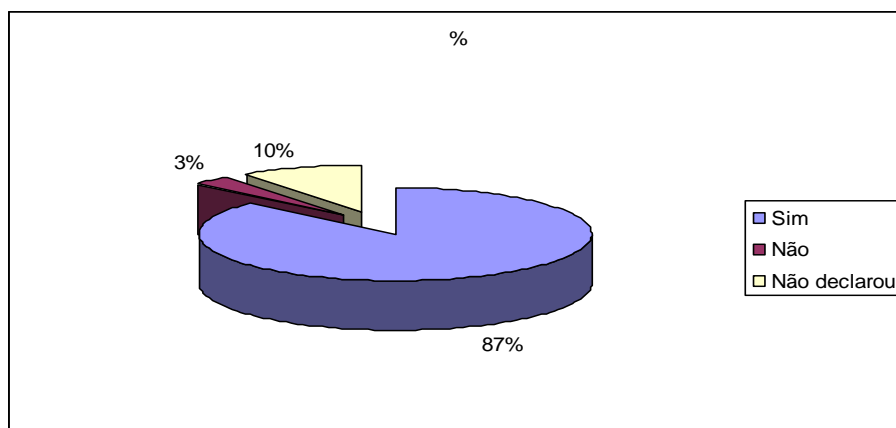
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 16 - Além do Cargo de Professor no Município de Vila Velha, você exerce outra profissão?



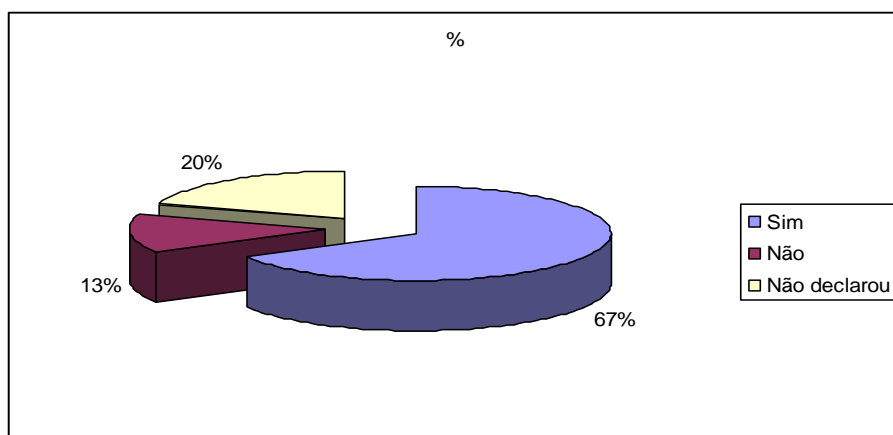
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 17 - Você conhece? Já leu? A proposta do Ensino Religioso da rede municipal de Vila Velha?



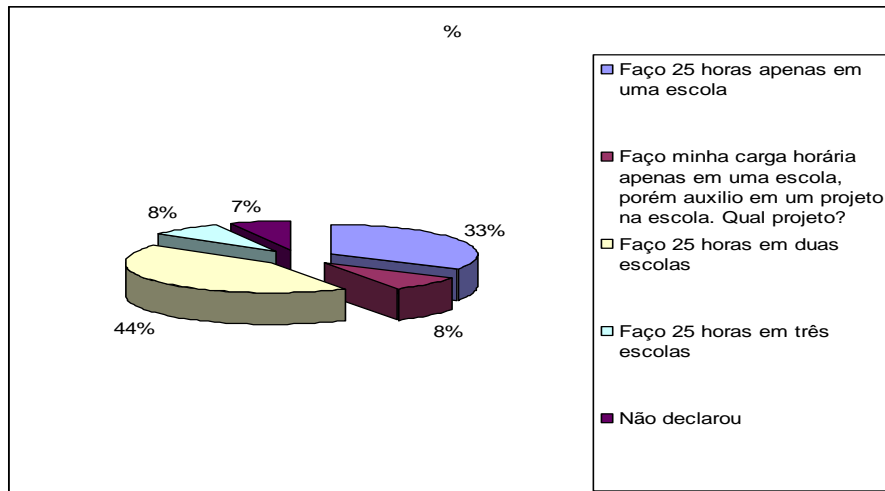
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 18 - Os conteúdos do Ensino Religioso da rede municipal de Vila Velha estão de acordo com o PCN do Ensino Religioso?



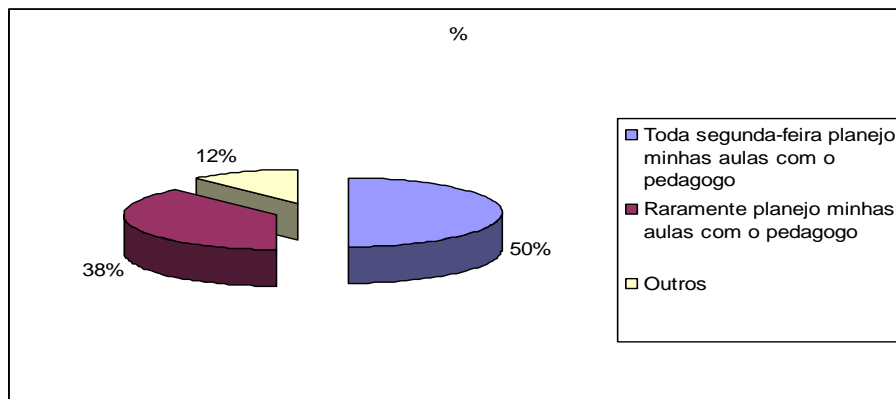
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 19 - Sabendo que o cargo de professor de Ensino Religioso é composto de 25 horas. De que maneira é distribuída sua carga horária?



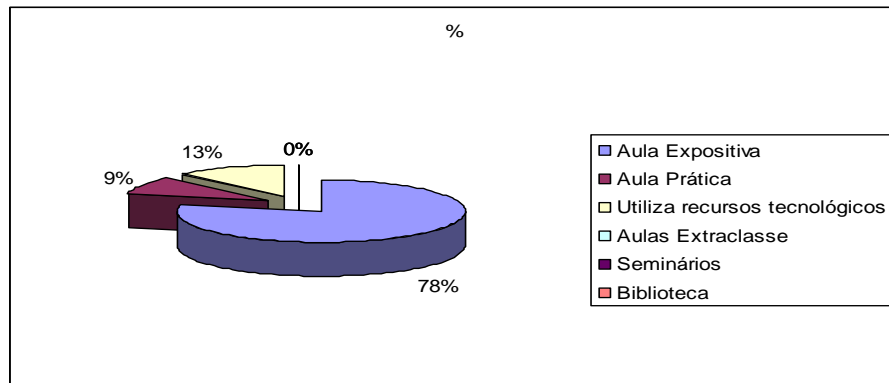
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 20 - Na rede municipal de Vila Velha, o planejamento das aulas de Ensino Religioso, acontece na segunda – feira conforme orientação da SEMED. Secretaria Municipal de Educação.



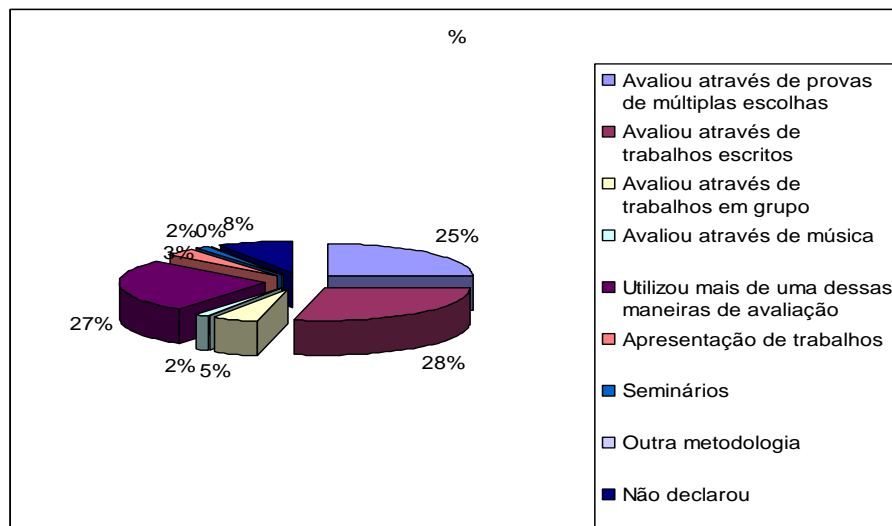
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 21- Qual a metodologia de ensino utilizada nas aulas de Ensino Religioso?



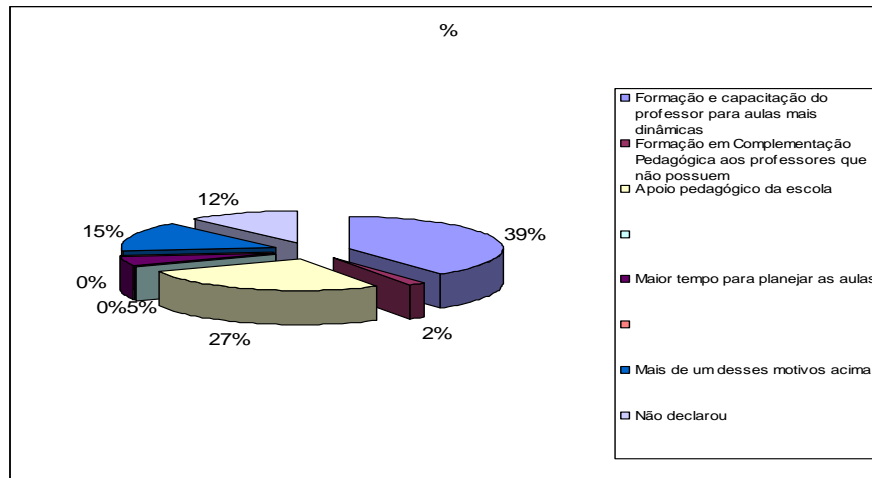
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 22 - Como você avalia suas aulas de Ensino Religioso?



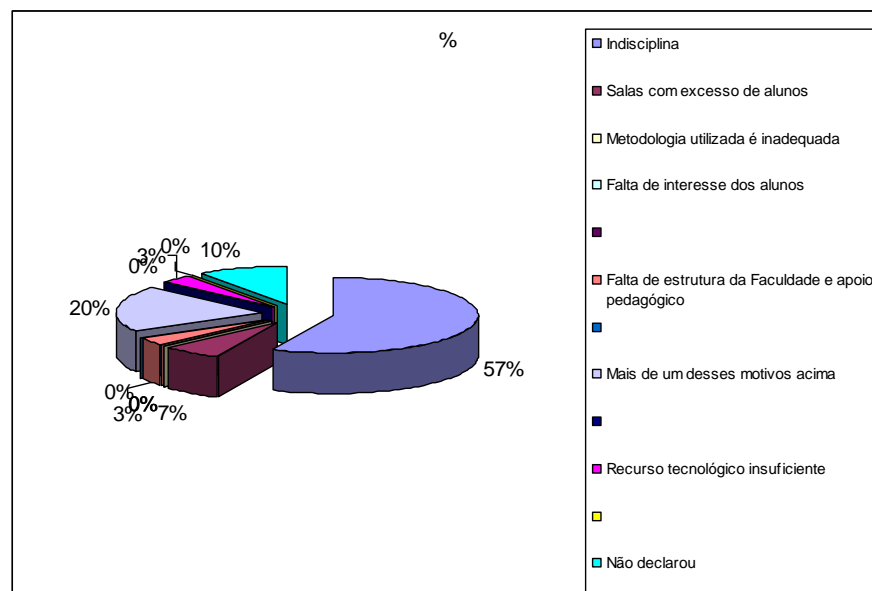
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 23 - O que é necessário para propor a elaboração de uma didática inovadora que busque minimizar as dificuldades do processo ensino-aprendizagem do Ensino Religioso na Rede pública de Vila Velha?



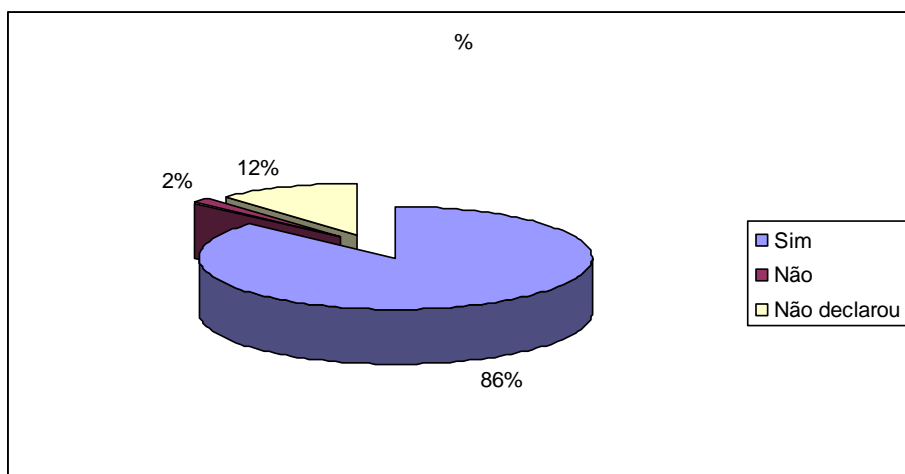
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 24 - Qual motivo você considera contribuir para uma avaliação negativa dos alunos em relação ao Ensino Religioso?



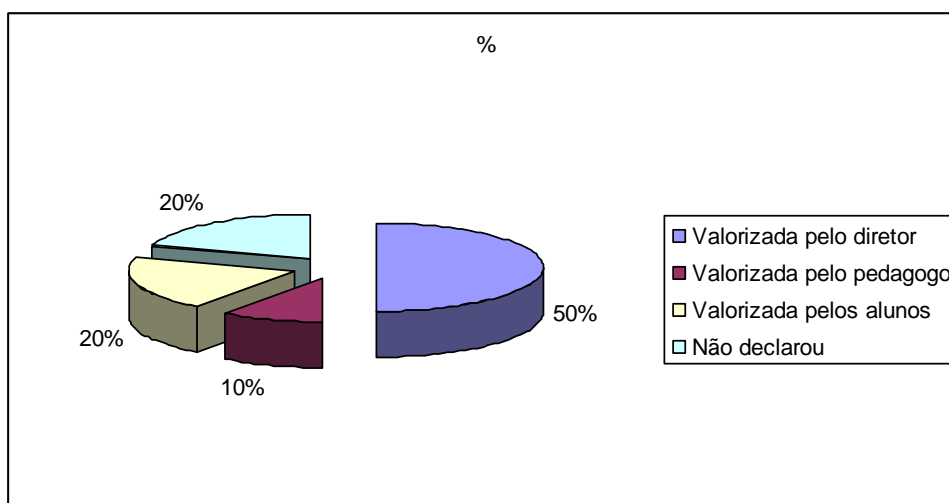
Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 25 - A Instituição dispensa para participar da Formação Continuada



Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

Gráfico 26 - Na escola onde você exerce sua profissão a disciplina Ensino Religioso é ...



Fonte: Gráfico elaborado pelo próprio pesquisador. 2013.

A análise dos gráficos apresentados permitiu constatar que da formação dos profissionais que atuam com o Ensino Religioso na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, espera-se que tenham o conhecimento dentre outros, dos seguintes saberes: Cultura e Tradições Religiosas; Textos Sagrados; Teologias; Ritos e Ethos,

assegurando-lhes desempenho na sua prática educativa²¹.

Todavia, muitos professores de Ensino Religioso, até mesmo em razão da uma formação generalista, têm apontado uma série de dificuldades em seu dia a dia. Pela relevância das respostas dadas, optou-se pela transcrição de algumas, a título de exemplo: não possui formação específica na área; falta de acompanhamento de religiosos no planejamento das aulas; a variedade de religiões na mesma classe; responder aos questionamentos que surgem durante as aulas; falta de comprometimento religioso dos pais; trabalhar com a ideia do Transcendente; não envolver as religiões nas aulas de Ensino Religioso; dificuldade no entendimento da Bíblia; inversão de valores; falta de seriedade dos alunos; respeitar a Legislação em vigor; a mídia que vai contra aos valores trabalhados.

Muitos professores reclamaram da falta de material de apoio para o Ensino Religioso. Eles sentem falta de um material atualizado, diferente do que já tem no mercado, com novas sugestões de conteúdos e estratégias metodológicas. Acreditam, pois, que desta forma ajudaria aumentar o dinamismo das aulas. A pesquisa permite constatar que a formação continuada é uma necessidade presente em qualquer estágio da vida deste profissional, para consolidar o aprimoramento da prática pedagógica. Ao se pensar num curso de formação continuada em especial para o professor de Ensino Religioso, Reale²² considera importante que este deva “estar articulado com o projeto da escola; valorizar a experiência profissional dos professores; valorizar as potencialidades da comunidade escolar, as especificidades da instituição e do trabalho desenvolvido produzir formas de atividades coletivas e a ação autônoma das escolas”.

Do contrário, como diz Pimenta²³, os cursos de formação continuada não terão promovido uma mudança qualitativa na ação do professor, pela dificuldade que ele terá de transpor para a sua prática aquilo que aprendeu em um curso de formação. Portanto, é recomendável considerar que o professor e seus pares

²¹ BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental, 1997, p. 140

²² REALE A. M. M. R et al. **O desenvolvimento de um modelo construtivo-colaborativo de formação continuada centrado na escola: relato de uma experiência.** In: Caderno Cedes. Educação Continuada, Campinas, Papirus, nº 36, 1995, 65-76

²³ PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

busquem o curso de formação continuada a partir das necessidades emergidas do grupo, para que as mudanças almejadas ocorram de forma coletiva durante o processo de formação.

A pesquisa desenvolvida junto aos professores na Formação Continuada apontou uma grande lacuna na formação para a área de Ensino Religioso. Vários professores confirmaram nunca terem participado de nenhum curso de capacitação em Ensino Religioso. Outros por sua vez, disseram ter participado de algum curso de capacitação, muitos mencionaram os cursos promovidos por instituições diversas para melhorarem o currículo. Infelizmente ainda não faz parte da cultura da maioria dos professores que estão atuando nesta fase, a busca deste aprimoramento e atualização.

Por fim, são inúmeras as dificuldades apontadas para a participação do docente num programa de formação continuada: custo elevado dos cursos, substituição do professor em período de aula, desmotivação do professor, diagnóstico real das necessidades do professorado, divulgação deficiente dos eventos e outros.

4.1 Formação Continuada dos Professores de Ensino Religioso do Município de Vila Velha.

A administração tem a convicção de que uma educação de qualidade se faz com profissionais da educação preparados. Por isso, investir na formação inicial e continuada de todos os profissionais é uma meta fundamental, além de ser o reconhecimento do direito que o profissional tem de se atualizar e aprimorar, aprofundando seus estudos e ampliando sua experiência.

Para capacitar permanentemente os principais agentes da rede de ensino o município reforçou parcerias com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), por meio da Universidade Aberta do Brasil de Vila Velha (UAB); com o Conselho Nacional de Secretário da Educação (CONSED) para formação do Pró Gestão Online. Vila Velha é o primeiro município do país a aderir ao Programa com o Sebrae para capacitação de todos os professores e pedagogos da disciplina de

Empreendedorismo.

Em parceria com a Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP) está sendo realizada a capacitação de pedagogos, diretores, secretários, coordenadores e bibliotecários em “Qualidade no atendimento”. E com o Detran é realizado o Projeto “Juntos pela vida” para todos os professores de 1º ao 5º ano da rede. A Escelsa é parceira na capacitação de 22 unidades de ensino no Projeto “Boa energia nas escolas” e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação – MEC, realiza com a prefeitura o programa Formação pela Escola.

Para assegurar o êxito desse processo de formação continuada, a administração municipal garantiu o tempo pedagógico necessário no calendário escolar para todos os profissionais da educação. Temas específicos como a alfabetização, educação inclusiva, diversidade, educação do campo, relações étnico-raciais e currículo, estão no foco das ações de formação desenvolvida pela Semed.

Para fortalecer o desempenho de todas as escolas a Secretaria de Educação da Prefeitura de Vila Velha (SEMED) capacitou todas as 91 escolas da rede de ensino para a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE). A capacitação em massa foi inédita no Estado e visa beneficiar a qualidade da aprendizagem dos 46 mil alunos do município e não somente os estudantes das unidades com baixo Índice de Desenvolvimento das Escolas (IDEB).(PMVV, 2013).

O PDE é um processo de planejamento estratégico desenvolvido pela escola para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor a sua atividade: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança.

CONCLUSÃO

O desafio de implementar o Ensino Religioso no município de Vila Velha/ES não é menor do que o que existe em outros municípios do território brasileiro. Considerando todo o processo histórico, é possível até compreender um pouco mais dessa desconfiança, é quase impossível negar que não há um interesse político ou até mesmo da Igreja, como foi ao longo da história. O caminho mais fácil de desmistificar esse conceito é conhecer todo o processo que o Ensino Religioso percorreu ao longo da história brasileira, e participar de debates, simpósios e seminários que vêm acontecendo em todo o Brasil, com intuito de divulgar a nova legislação que viabiliza o Ensino Religioso nas escolas públicas como parte do currículo da formação básica dos alunos e o FONAPER é um aliado forte nesse processo, pois tem oportunizado aos professores de Ensino religioso, um espaço de diálogo e estudos para dar segurança aos profissionais da disciplina em questão. É um espaço para se apropriar dos avanços e conquistas dessa modalidade ao longo do processo educacional.

Torna-se imprescindível o constante estudo dos aspectos históricos e legais da implantação dessa política pública, bem como seus antecedentes, com intuito de dar continuidade à discussão compreendendo as bases que a sustentam numa perspectiva social, ideológica, política e cultural. A Secretaria Municipal de Vila Velha enfrenta muitos desafios para viabilizar o Ensino Religioso nas escolas da rede como do município:

- Professor capacitado para que possa atender todas as exigências legais, pois não há curso de graduação no Estado do Espírito Santo e somente uma faculdade oferece o curso de pós-graduação, dificultando aos professores que tem interesse em ministrar o Ensino Religioso nas escolas públicas a busca por uma formação de qualidade.
- Valorização da disciplina como as demais que fazem parte da base curricular, tanto dos gestores, da comunidade escolar como um todo, dos alunos e dos pais, pois ainda não está claro o objetivo das aulas de Ensino Religioso.
- Material didático adequado que contemple a disciplina sem proselitismo, sem assumir um ensino catequético e respeitando a diversidade religiosa brasileira.

Falta em toda comunidade escolar a compreensão da nova proposta do Ensino Religioso. Em virtude disso, surge a dificuldade tanto da instituição de ensino, como também das famílias e dos alunos em respeitar o profissional que atua nessa disciplina. A escola é obrigada oferecer a disciplina, mas ao aluno é facultativo frequentar a aula, pelo fato de não haver um processo avaliativo sistematizado como nas demais disciplinas, entende-se que então não tem importância.

A resistência por falta de esclarecimento do que se propõe o Ensino Religioso é um dos maiores desafios identificados pela Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha/ES, inclusive a baixa frequência dos alunos. As famílias, por não terem conhecimento da atual conjuntura nem do conteúdo da disciplina em questão ou até mesmo por preconceito, fazem opção para que seu filho não frequente as aulas. Além disso, fazem duras colocações junto a profissionais e a direção da escola alegando que não querem que a escola ensine outra religião ao seu filho e que, muito menos, o deixe em dúvida acerca da religião a qual deve seguir, afirmando que formação religiosa quem tem que oferecer é a família e não a escola. Com essa colocação é possível compreender que ainda há um pensamento do ensino religioso catequético.

É perceptivo o esforço da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha/ES em oferecer condições para que os professores que querem atuar na disciplina de Ensino Religioso tenham uma capacitação adequada e material didático adequado à nova realidade educacional. A rede não adotou nenhum material em específico para o Ensino Religioso, mas há interesse em confeccionar um material único para todas as escolas a fim de que possam trabalhar com uma proposta única.

O papel do professor de Ensino Religioso não é muito claro na comunidade escolar. Este é, muitas vezes, confundido com um agente de pastoral. Para toda abertura de evento ou algo parecido, o professor de Ensino Religioso é convidado a fazer um momento de reflexão ou celebração. Ele é automaticamente designado para tal função. Esquecem que qualquer um pode ser designado para preparar este evento, desde que se sinta à vontade para tal, não necessariamente o professor de Ensino Religioso.

A universalidade, abordando o respeito à pluralidade religiosa, é o que viabiliza o Ensino Religioso. Há pouco tempo, esse conceito era formado no leito familiar e só nas igrejas era possível fazer reflexões acerca disso; hoje essa situação foi modificada, as instituições de ensino têm um espaço privilegiado para debater e criar diálogo com tais discussões, de forma que possibilite a reflexão sobre as práticas religiosas e com a mediação do professor é possível formar cidadãos respeitosos, capazes de viver e conviver em uma sociedade tão plural que é o Brasil. As instituições religiosas, com um novo olhar, juntamente como entidades civis, querem dar oportunidade a todo indivíduo de refletir sobre as questões fundamentais da existência humana, sem qualquer forma de proselitismo.

O Ensino Religioso convida a reflexões, incluindo os que optam para uma negação de sua religiosidade, que ajudem no esclarecimento de posições, autenticidade na busca da integridade humana, para assumir uma postura de colaboração na construção de uma sociedade mais justa na busca de igualdade e respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

ASSINTEC. **Sugestão de proposta pedagógica para o ensino religioso.** Curitiba/PR, 2005. Disponível em <http://www.gper.com.br/noticias/750de743fa3d10f68de2a83f02ccc6cf.pdf>. Acesso em 2 de novembro de 2013.

BECKER Michael. **A educação de valores no Inter-Religioso: uma contribuição para a cultura de paz.** In: DE MATOS, Kelma; DO NASCIMENTO, Verônica; NONATO JÚNIOR Raimundo (Orgs.). *Cultura de paz: do conhecimento à sabedoria.* Fortaleza: edições UFC. 2008.

BIRMAN, Patrícia (org.). **Religião no espaço público.** São Paulo: Avattar. 2003.

BORGES, E, MEDEIROS, C.A, DADesk, J. **Racismo, preconceito e intolerância.** São Paulo: Atual, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** (alterada pela Lei nº 9475, de 22 de julho de 1997) Disponível em: <www.mec.br> Acesso: 4 de junho de 2008.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.

CASSEB, Samir Araújo. **Cultura de Paz e Não-Violência no Ensino Religioso: possibilidades através da vida e obra de Mahatma Gandhi.** 2009. 98 f. Monografia (Licenciatura Plena em Ciências da Religião) - Universidade do Estado do Pará Belém, 2009.

CAVALIERE, Ana Maria. **“O mal-estar do ensino religioso nas escolas públicas”.** Cadernos de Pesquisa (São Paulo), nº. 131, maio/agosto, 2007.

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial.** 6. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FERREIRA, Amauri Carlos. **Ensino Religioso nas Fronteiras da Ética.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **O Ensino Religioso - Perspectivas. Tendências e Desafios.** Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Ensino Religioso: Perspectivas Pedagógicas.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, (Coleção ensino religioso escolar. Série Fundamentos)1995.

_____. **O Ensino Religioso no Brasil: Tendências, Conquistas, Perspectivas.** Petrópolis: Vozes, 1995.

FISCHMANN, Roseli. **Ciência, Tolerância e Estado Laico**. Cienc. Cult. v. 60 n.spe1 São Paulo jul. 2008.

FISCHER, Louis. **A Fé**. São Paulo: Circulo do Livro. 1982.

FONAPER - FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso**. 1 ed. São Paulo: AM Edições, 1997

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOLANDA, Ângela. **Existe alguma avaliação no Ensino religioso? Como acontece?** Maceió/ AL). Disponível em <http://www.gper.com.br/?sec=art7>. Acesso em 3 de novembro de 2013.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

JACOB, César Romero et alii, 2003. **Atlas de filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. São Paulo, Loyola. Portal Legislativo do Senado Federal www.senado.gov.br/pls/prodasen/ [http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/textos equipe2.html](http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/textos_equipe2.html) (acesso em 14/02/12).

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. **Ensino Religioso; aspectos legal e curricular**. São Paulo: Paulinas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, Lílian Blanck de. **Ensino Religioso: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PASSOS, João Décio. **Ensino Religioso: construção de uma proposta**. São Paulo: Paulinas. 2007.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PMVV. **Perfil socioeconômico por bairros**. Sempla. 2013. http://issuu.com/vilavelha/docs/perfil_socioeconomico. Acesso em 14/06/2014.

REALE, A. M. M. R *et al*. O desenvolvimento de um modelo construtivo-colaborativo de formação continuada centrado na escola: relato de uma experiência. In: **Caderno Cedes. Educação Continuada**, Campinas, Papirus, nº 36, 1995, 65-76

ROCHA, Antônio Carlos. **A Sabedoria e a religião**. Rio de Janeiro: TecnoPrint SA, s/d. 2008.

RODRIGUES, E. F. **Em riscos e rabiscos; concepções de Ensino Religioso dos**

docentes do Ensino Fundamental do Estado do Paraná — possibilidades para uma formação de professores. Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, Paraná, 2008. Orientador: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério de Azevedo

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto alegre: Bookman, 2005.